
PROGRAMA DE GOVERNO

2025 ★ 2028



PREFEITO **LUIZ** 
FERNANDO

DR. DIB VICE

13

A G R A D E C I M E N T O S

A Coordenação do Programa de Governo de Luiz Fernando agradece a todos os integrantes dos grupos de trabalho que colaboraram na pesquisa e na redação de cada tema deste Programa de Governo.

E X P E D I E N T E

Esta é uma publicação da coligação **JUNTOS POR SÃO BERNARDO**, referente ao Programa de Governo de Luiz Fernando para a gestão 2025/2028, da Prefeitura de São Bernardo do Campo. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.

Coligação Juntos por São Bernardo - Federação Brasil da Esperança - Fé Brasil (PT/PC do B/PV) / Federação PSOL REDE(PSOL/REDE) / PDT / DC / MOBILIZA / PSB

CNPJ: 56.530.294/0001-18

P R O G R A M A D E G O V E R N O

2 0 2 5 ★ 2 0 2 8



JUNTOS
FAREMOS
mais e melhor

> NOSSOS COMPROMISSOS PARA 2025/2028

Muito além de um conjunto de promessas de campanha, nosso programa constitui o referencial para nossa ação concreta no Governo Municipal. Com ele, queremos ampliar, diversificar e aprofundar as iniciativas bem-sucedidas de nossas gestões anteriores (2009/2016).

Reafirmamos que nossos compromissos de campanha são nossos compromissos de governo. A modernização e a moralização da política brasileira e a efetiva democratização de nossa sociedade exigem que se supere a tradicional prática de durante a campanha fazer uma série de promessas que são esquecidas durante o governo. É urgente que a sociedade brasileira enfrente os graves conflitos sociais gerados pelas contradições de classe e pelas mais profundas desigualdades do mundo. Cada candidato e cada partido têm uma visão própria sobre como enfrentar os problemas da sociedade. Cada partido e cada candidato representam uma proposta de atuação diante dos interesses contraditórios que se defrontam no cotidiano da política local, regional e estadual.

Nosso programa de governo, que expressa nossa proposta para o município e para a região, fundamenta-se num projeto de sociedade radicalmente democrático. Uma sociedade em que todos tenham acesso aos bens e serviços públicos e participem de sua gestão. Uma sociedade em que a amplitude, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos garantam uma vida melhor as mais amplas camadas da sociedade e em que o Estado não seja nem mínimo, nem máximo, mas tenha capacidade adequada para devolver aos cidadãos e às cidadãs serviços eficientes e de boa qualidade a contrapartida dos impostos e taxas pagos, por meio de políticas públicas que incentivem a geração de emprego e renda. Em linha com o Governo Federal, reafirmo o papel do Estado e defendo o plano de reconstrução e transformação nacional que o Presidente Lula vem fazendo, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas também de cuidar das pessoas que estão desamparadas frente à grave situação no qual o país foi deixado.

Considerando esse cenário, este Programa de Governo apresenta os meus compromissos e da nossa coligação para o período de 2025 a 2028, um programa possível de ser realizado, no entanto será necessária uma forte articulação com a população da nossa cidade e as demais cidades da região, visando criar condições para a realização das políticas que beneficiem a maioria da população. Como sempre, não se trata de um elenco de promessas de campanha, mas de compromissos que, assim como foi feito nas duas administrações do prefeito Luiz Marinho (2009/2016), se apresentam como diretrizes e ações. Com ele, queremos ampliar, diversificar e aprofundar as iniciativas bem-sucedidas de nossas gestões anteriores. Temos muito o que fazer para transformar São Bernardo do Campo efetivamente em uma cidade inclusiva, igualitária e garantidora de direitos econômicos, sociais e culturais para todos e todas.

A partir de 4 grandes eixos de intervenção estrategicamente definidos, esses compromissos serão implementados com a participação e o envolvimento da sociedade, buscando, assim, avançar na construção de soluções para a cidade e sua gente. Na nossa visão, os cidadãos e as cidadãs – e seus direitos – adquirem mais protagonismo e ênfase no poder de suas capacidades para alcançar o desenvolvimento de maneira integral. Assim, as prioridades estão postas na promoção dos valores de solidariedade, inclusão e igualdade, nos projetos que dirigem esforços para sua realização, identificando novos instrumentos e enfoques que envolvam toda a população na resolução de problemas compartilhados. Para viabilizar cada um desses eixos, apresentamos um conjunto de diretrizes que expressam meus compromissos e os da coligação que me apoia.

ÍNDICE

> EIXO 1

SÃO BERNARDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

- 9** Saúde como direito humano e responsabilidade do estado
- 17** Educação de qualidade da creche ao ensino fundamental
- 21** O direito a assistência social e a retomada do SUAS
- 24** População em situação de rua e o direito à cidade
- 26** Crianças e adolescentes
- 28** Igualdade racial
- 30** LGBTQIA+
- 32** Mulheres
- 34** Pessoas com deficiência
- 36** Pessoas idosas
- 38** Juventude
- 40** Cultura no centro da estratégia de desenvolvimento de São Bernardo
- 43** Segurança urbana
- 45** Políticas públicas para o fomento ao esporte

> EIXO 2

SÃO BERNARDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA. .

- 49** Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável

ÍNDICE

> EIXO 3

SÃO BERNARDO DA INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

- 56** Desenvolvimento urbano
- 59** Infraestrutura urbana
- 62** Qualidade ambiental
- 66** Mobilidade sustentável e inclusiva
- 69** Habitação - Cidade democrática, sustentável e resiliente

> EIXO 4

SÃO BERNARDO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

- 77** Planejamento e participação cidadã
- 80** Inovação institucional

> EIXO 5

SÃO BERNARDO COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

- 84** Desenvolvimento regional e metropolitano



**JUNTOS
FAREMOS**
mais e melhor

EIXO 1

**SÃO BERNARDO
DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E GARANTIA DE DIREITOS**





9

SAÚDE COMO DIREITO HUMANO E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

► **Diretriz I: Cuidados intersetoriais e ação integrada de governo nos territórios**

Propostas de ação:

- Ampliar as ações da Rede de Atenção à Saúde nos territórios, na perspectiva da ampliação de sua potência e da articulação intersetorial com a cultura, esporte, educação, desenvolvimento social, habitação, transporte, entre outras, para uma cidade mais saudável e inclusiva.
- Qualificar a articulação intersetorial do cuidado da população em base territorial para a construção de projetos terapêuticos compartilhados e articulados entre as equipes de saúde.
- Retomar, ampliar e qualificar as políticas para melhoria da qualidade de vida da população: De Bem com a Vida, Território de Paz, Projeto Reviver, Rodas de Leitura, Mobilidade Segura e Sustentável, entre outras.
- Aprimorar a assistência à saúde da mulher e à saúde materno-infantil implementando as ações do Programa Cuida Mais Brasil com garantia do acolhimento com avaliação e classificação de risco e vulnerabilidade, ampliação do acesso e melhoria da qualidade do pré-natal, de vinculação da gestante à unidade de referência; das boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento, da atenção à saúde das crianças de zero a vinte e quatro meses, de acesso às ações de saúde sexual e reprodutiva.
- Ampliar as ações do programa saúde na escola (PSE) em parceria com a educação, com ênfase na saúde bucal e oftalmológica, alimentação saudável, saúde mental, prevenção da violência e do uso de álcool e outras drogas, prevenção e controle do tabagismo e da obesidade, entre outras, articulando o cuidado em saúde multiprofissional nas escolas.
- Priorizar ações de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida para a pessoa idosa, em articulação com demais políticas públicas intersetoriais (assistência social, esporte, educação e cultura), criando espaços de acolhimento e cuidado para a população.
- Atuar de forma compartilhada com a SESAI e o município de São Paulo na produção da rede de cuidados para a população indígena.
- Desenvolver ações para formação de cuidadores de pessoas com deficiência, idosos e acamados (profissionais e familiares).
- Monitorar indicadores epidemiológicos relacionados ao envelhecimento, especialmente aqueles relacionados a condições sensíveis à prevenção.
- Garantir nos serviços de saúde ações que visem a prevenção e redução do tabagismo e do consumo abusivo de álcool e outras drogas, em articulação intersetorial, pautados pelo respeito aos direitos humanos e à autonomia dos sujeitos.
- Fortalecer ações no campo da sexualidade humana, ampliando as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos em articulação intersetorial.
- Qualificar as políticas públicas voltadas para HIV/IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs, AIDS e hepatites virais), ampliando as ações para prevenção e enfrentamento em articulação intersetorial com a educação e proteção social.
- Fortalecer ações de cuidado e segurança da saúde do trabalhador(a) e saúde ambiental para controle, identificação e notificação dos riscos do trabalho e ambientais e promover ações para efetivar a Política Municipal de prevenção as situações de assédio no trabalho.
- Promover ações intersetoriais de prevenção, cuidado e enfrentamento das situações de violência relacionadas às populações vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, população negra, egressos do sistema penitenciário, Fundação Casa, entre outras) de modo intersetorial, fortalecendo os serviços de saúde e inovando nas ações, reativando o Programa de Atenção às Vítimas de Violência Sexual (PAVAS) com escuta articulada entre Saúde, Justiça, Segurança Pública etc.

- Integrar as políticas afirmativas (população negra, mulheres, LGBTQIA+, pessoa com deficiência e pessoa idosa) em articulação com o movimento social.
- Fortalecer as ações de proteção e vigilância em saúde para o enfrentamento das principais vulnerabilidades e riscos do processo saúde-doença, atuando de forma integrada a outras políticas públicas, tais como meio ambiente, habitação, trabalho, transporte, entre outras.
- Ampliar o programa de bem-estar e controle da população animal (cães e gatos) para proteção da saúde humana e dos animais, em parceria com a sociedade civil.
- Desenvolver espaços de articulação para proteção e promoção do cuidado solidário nos territórios, com a criação de espaços de convivência, em parceria com a política cultural e do esporte.
- Implantar política municipal de alimentação saudável e segurança alimentar, realizando medidas de vigilância e controle do consumo de agrotóxicos e alimentos ultraprocessados e de estímulo ao consumo de produtos in natura e minimamente processados, priorizando produtos oriundos da agricultura familiar e estimulando a implantação de hortas comunitárias, inclusive na merenda escolar e alimentação fornecida pelos serviços de saúde.
- Implantar um programa de atenção à saúde da população negra e estratégias de enfrentamento ao racismo institucional.
- Dotar, no âmbito da gestão central do município, uma instância colegiada para sustentação da ampliação da intersetorialidade como política e suporte operacional às ações integradas nos territórios.
- Implantar o Hospital do Idoso.
- Implantar o Centro de Referência do Autismo.

Diretriz II: Atenção básica humanizada, resolutiva e de qualidade **Propostas de ação:**

- Fortalecer a Atenção Básica, garantindo atendimento humanizado e acolhedor, a partir das necessidades de saúde individual e coletiva.
- Qualificar o papel da equipe de saúde no cuidado à população e promover ações com forte articulação nos territórios.
- Retomar e ampliar a oferta de práticas integrativas na Atenção Básica.
- Ampliar o número de equipes de saúde da família nas regiões de maior vulnerabilidade, reduzindo o número de famílias por equipe.
- Substituir de forma gradativa todos os aparelhos tradicionais de radiografia odontológica por aparelhos digitais.
- Ampliar as equipes multiprofissionais (eMulti) e equipes de consultório na rua (eCR).
- Fortalecer a parceria com o Ministério da Saúde visando ampliar o número de médicos de família nas UBS por meio do Programa Mais Médicos, garantindo que as equipes atuem completas.
- Ampliar e fortalecer a estratégia dos agentes comunitários de saúde, de acordo com a população referenciada e vulnerabilidade de cada território para a qualificação do cuidado, vínculo com as pessoas e valorização da cidadania.

- Valorizar a formação e o desenvolvimento profissional dos Agentes Comunitários de Saúde, garantindo-lhes adequadas condições de trabalho e o pleno exercício da função.
- Implantar o acolhimento como dispositivo de organização do processo de trabalho em todas as UBSs, garantindo que os usuários tenham escuta qualificada e classificação de risco no mesmo dia.
- Retomar o programa de cuidados para a dor crônica com ações descentralizadas nas UBSs.
- Implantar o programa de cuidados para as sequelas da Covid-19, com ações em rede.
- Implantar o Programa de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme.
- Ampliar as ações de saúde bucal nas UBSs e nos centros de especialidades odontológicas (CEOS).
- Implantar linha de cuidado para o adolescente na rede de atenção à saúde.
- Reformar todas as UBS, UPA, CAPS e demais serviços que apresentam graves problemas de infraestrutura, garantindo atendimento digno e humanizado à população e condições seguras de trabalho aos profissionais de saúde.
- Construir e implantar nova UBS do Santa Terezinha e Jardim Calux.
- Construir nova UBS no Grande Alvarenga.
- Implantar o programa de acompanhamento/monitoramento de qualidade nas UBSs, a partir das metas de segurança internacional do paciente, de acordo com a atual política de financiamento da Atenção Básica, e componente de qualidade.

Diretriz III: Consolidar a rede de urgência/emergência e de atenção hospitalar **Propostas de ação:**

- Garantir o pleno funcionamento do HOSPITAL DE
- URGÊNCIA (HU) para melhorar a qualidade do atendimento de urgência e emergência, dotando-o de um pronto socorro de portas abertas.
- Consolidar e colocar em pleno funcionamento o
- HOSPITAL DE CLÍNICAS MUNICIPAL (HC) como a principal referência para as internações clínicas e cirúrgicas de média e alta complexidade, reativando os leitos fechados e consolidando como a principal referência para as internações clínicas e cirúrgicas de média e alta complexidade.
- Integrar o HOSPITAL DA MULHER, o Centro de
- Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) e a Casa da Gestante, fortalecendo a humanização do parto e nascimento.
- Fortalecer e incentivar a participação de doulas
- no acompanhamento das gestantes e garantir a presença delas no momento do parto.
- Estimular o parto normal e humanizado,
- respeitando as decisões da gestante expressas em Plano de Parto e ampliando estratégias de vínculo da gestante com a maternidade e desta com a rede básica.
- Trabalhar a captação de recursos para qualificar o
- atendimento no HOSPITAL ANCHIETA, visando transformá-lo de fato no HOSPITAL DE CÂNCER DE SBC, referência para cuidados oncológico, paliativos e para crônicos.
- Qualificar e humanizar o cuidado em saúde
- prestados pelas UPAS, consolidando o seu papel na Rede de Urgências e Emergência, para que funcionem integradas aos demais serviços da rede.
- Ampliar e renovar a frota do SAMU, buscando
- recursos junto ao Ministério da Saúde e reivindicando do Governo do Estado a participação no seu financiamento.

- Ampliar o número de equipes do programa de internação domiciliar (PID) para que possa cobrir todos os territórios, favorecendo a desospitalização.
- Implantar os comitês integrados de qualidade e segurança hospitalar com a participação das áreas das vigilâncias da saúde pública (epidemiológica, sanitária, trabalhador e ambiental) para ativar a farmácia e técnico vigilâncias, o controle de resíduos e a segurança do paciente.

Diretriz IV: Atenção especializada articulada e integrada em rede **Propostas de ação:**

- Intensificar o cuidado compartilhado em rede, integrando atenção hospitalar, básica e especializada ambulatorial, na perspectiva da continuidade e integralidade do cuidado.
- Garantir o acesso qualificado e resolutivo à rede hospitalar.
- Reorganizar por prioridades o sistema de regulação pública municipal para garantir transparência no acesso da população aos serviços de saúde.
- Ampliar o Programa de Internação e Atendimento Domiciliar.
- Diminuir as barreiras de acesso da população aos serviços especializados, superando o cuidado fragmentado por consultas e exames ampliando as Linhas de Cuidado em Rede, com ênfase nas principais condições crônicas, como hipertensão, diabetes, doenças respiratórias, violências e neoplasias.
- Ampliar as ações de prevenção, promoção, cuidado especializado, hospitalar, reabilitação e monitoramento dos episódios de infarto agudo do miocárdio (IAM), acidente vascular cerebral (AVC) e a insuficiência renal.
- Avançar no cuidado das pessoas com dor crônica osteomusculares com a oferta de cuidado multiprofissional articulado em diferentes pontos da rede.
- Trazer para São Bernardo do Campo todas as etapas do processo de concessão de próteses, órteses e meios auxiliares de locomoção, conforme estabelecido na Política Nacional da Pessoa com Deficiência.
- Ampliar o atendimento multiprofissional no centro especializado em reabilitação (CER IV) com a oferta de fisioterapia para lesões traumato-ortopédicas, neurológicas e cuidado da pessoa com deficiência.
- Descentralizar ações do Centro Especializado em Reabilitação/CER IV para as unidades de saúde existentes no município e em outros equipamentos públicos, tais como Centros Poliesportivos.
- Garantir transporte sanitário para o atendimento no CER.
- Garantir profissionais capacitados em libras na rede, conforme estabelecido na convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência.
- Ampliar o acesso ao diagnóstico e cuidado em rede para as pessoas com autismo e suas famílias.
- Reestruturar a rede de atenção psicossocial e de cuidado às pessoas em uso abusivo de drogas, por meio de UBSS, CAPS, Residências Terapêuticas, Repúblicas Terapêuticas e Consultório na Rua e Unidade de Urgência, promovendo a inclusão social e a construção de novos projetos de vida, garantindo o cuidado em serviços abertos e em liberdade.
- Retorno ao modelo de cuidado em saúde mental focando nas pessoas, e não no tratamento da doença, de formar a fortalecer as ações de Educação Permanente e intersetoriais.

- Ampliar a dimensão humanizadora e o caráter de política pública do cuidado das pessoas em sofrimento mental e em uso abusivo de álcool e outras drogas, de forma transversal, fortalecendo a política de redução de danos, valorizando a vida e retomando as políticas geração de renda por meio da economia solidária como forma de cuidado.
- Ofertar ações para o apoio aos cuidadores de pessoas com transtornos mentais, como parte do projeto terapêutico singular.
- Ampliar o cuidado da população em situação de rua, fortalecendo o vínculo, por meio de serviços como o Consultório na Rua.
- Garantir o cuidado de saúde mental e álcool e drogas de forma humanizada e comunitária.
- Ampliar a contratação de médicos especialistas de acordo com as linhas de cuidado prioritárias.
- Implantar equipes especializadas multiprofissionais em geriatria/gerontologia para apoiar as demais equipes no cuidado aos idosos no território.
- Implantar o programa Mais Acesso do Ministério da Saúde, com uma nova dinâmica na articulação das atividades da atenção especializada, priorizando as condições de adoecimento e morte mais prevalente no município, como linhas do cuidado integradas, com prioridade ao diagnóstico e tratamento precoce do câncer.
- Implantar a Política Nacional de Cuidados Paliativos articulando as ações do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), com objetivo de ampliar e qualificar o cuidado e o acesso à Atenção Especializada em Saúde – AES de pacientes e famílias que enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a vida.
- Fortalecer e integrar as ações da Atenção especializada e Atenção Primária à Saúde para aumentar a capacidade de realização de diagnóstico, apoio matricial, adoção de protocolos de cuidado e de acesso à AES, compartilhamento das informações clínicas através de Prontuário eletrônico.

Diretriz V: Vigilância em saúde **Propostas de ação:**

- Rever a organização dos processos de trabalho das vigilâncias (sanitária, epidemiológica, ambiental, saúde do trabalhador e de zoonoses) com adoção de novas tecnologias, especialmente digitais, para maior agilidade no atendimento e ampliação da efetividade dos procedimentos.
- Organizar o sistema municipal de saúde, incluindo os serviços públicos e privados, da saúde e de outros setores, para o atendimento planejado, integrado e eficiente de Emergências Sanitárias (como a Covid-19, a Síndrome Respiratória por Vírus Sincicial e outros agravos), bem como desastres, catástrofes e acidentes com múltiplas vítimas.
- Desenvolver ações de vigilância integradas às equipes de Saúde da Família, voltadas para atender as necessidades e demandas dos territórios.
- Qualificar o laboratório de saúde pública para responder com qualidade e em tempo oportuno. Intensificar ações de vigilância em saúde para o controle da dengue, zika, chikungunya, febre amarela e outras zoonoses.
- Fortalecer e ampliar o controle de vetores e roedores.
- Incrementar ações que visem ampliar e garantir a cobertura ideal das vacinas que fazem parte do programa nacional de imunização.
- Aprimorar a parceria entre o Serviço de Verificação de Óbito (SVO) e o Instituto de Medicina Legal (IML) e identificar espaço físico adequado para melhorar a qualidade da investigação dos óbitos no município.

- Construir ações de vigilância de saúde do trabalhador integrado e articulado com a rede de saúde.
- Integrar as ações dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemia.
- Elaborar e implantar o código sanitário municipal a partir de novos parâmetros construídos de modo integrado e da participação de representação da sociedade e setor regulado.
- Criar ambulatório especializado em tratamento com a 'canabis medicinal', buscando os meios para o fornecimento do medicamento.

Diretriz VI: Qualificação da gestão em saúde e da participação social **Propostas de ação:**

- Produzir uma revolução da saúde digital, com a plena informatização de todos os serviços (saúde sem papel) e a implantação qualificada de tele consulta, teleconsultoria, telediagnóstico, telematriciamento, telemonitoramento e outras modalidades de telessaúde, com uso de Inteligência Artificial
- Implementar ferramentas digitais para garantir que o agendamento de consultas e exames, bem como o acesso a receitas, atestados e acesso a medicamentos de uso contínuo seja feito por meio de aplicativos digitais
- Retomar e qualificar os espaços regionais de articulação dos serviços de saúde para a construção de projetos terapêuticos compartilhados em rede, matricialmente, e a qualificação dos fluxos entre os serviços.
- Retomar, fortalecer e qualificar a estratégia de apoiadores de rede na perspectiva da integração do cuidado entre todos os serviços da rede de saúde, com a contratação de grupo de apoiadores multiprofissional por território.
- Fortalecer a rede escola/sus como espaço de integração de ensino e serviço, ampliando os programas de residência médica e multiprofissional, de formação técnica e de pesquisa e especialização voltadas aos interesses do SUS.
- Avançar na plena informatização das unidades de saúde, implantando o prontuário eletrônico do paciente integrado aos serviços de saúde.
- Garantir que a rede do SUS seja utilizada como cenário de ensino e de formação dos profissionais de diferentes áreas técnicas, mediante parcerias a serem estabelecidas por meio de contratos com escolas técnicas de forma negociada, que sejam respeitados pelas partes e que tenham, como uma das contrapartidas, a oferta de bolsas para alunos em situação de vulnerabilidades sociais selecionados publicamente pela prefeitura.
- Qualificar a assistência farmacêutica promovendo e incentivando o uso racional e seguro de medicamentos e novas formas de dispensação de medicação de uso contínuo, inclusive assistência domiciliar quando indicada.
- Organizar e facilitar o acesso da população aos medicamentos do componente especializado, conforme atribuições definidas na Política de Assistência Farmacêutica do SUS.
- Criar o canal saúde – SBC, readequando a utilização das ferramentas de comunicação (rádio, TV, redes sociais) para promoção de ações educativas e orientação da população sobre o adequado uso dos serviços de saúde, entre outros.

- Aperfeiçoar a Regulação em Saúde com o objetivo de qualificar o acesso orientado pelas necessidades de saúde e garantia da equidade.
- Realizar ações para fortalecer a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações, considerando o trabalho decente, por meio do fortalecimento e integração ensino-serviço-comunidade e o controle social no SUS, dialogando com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT).



17

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE DA CRECHE AO ENSINO FUNDAMENTAL

➤ **Diretriz I: A Educação enfrentando os desafios para construção dos territórios inclusivos**

Propostas de ação:

- Fortalecer a gestão democrática nos territórios, aproximando as unidades escolares das UBS, dos CRAS e das ações de cultura e esporte em cada território, compondo, de forma participativa, o planejamento integrado de metas e ações.
- Organizar bancos de dados em ação intersetorial, de modo a fortalecer as redes de proteção e de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em território, superando as situações de vulnerabilidades sociais.
- Abrir as unidades escolares aos finais de semana, utilizando os equipamentos públicos educacionais (bibliotecas, quadras, laboratórios de informática, entre outros), fortalecendo as políticas intersetoriais em território e ampliando o vínculo escolar e da comunidade.
- Retomar e ampliar as políticas de educação profissional integrada à EJA, com atenção às especificidades populacionais nas questões geracionais, de gênero, de etnia e das pessoas com deficiência.
- Recuperar a política dos CEUS como espaços de lazer, cultura, esporte e educação, ampliando possibilidades formativas em parceria com as universidades públicas e outras instituições.
- Retomar o projeto mova para a superação do analfabetismo, fortalecendo as políticas da EJA, com atenção às questões étnico-raciais, geracionais, de gênero, ambientais e territoriais.

➤ **Diretriz II: Escola – humana, comprometida e articulada com o desenvolvimento social e territorial**

Propostas de ação:

- Atender a demanda territorial de creches, assegurando as necessidades e potencialidades da primeira infância, em espaços apropriados para o desenvolvimento infantil,
- Manter as EMEBs no perfil de projetos arquitetônicos e mobiliários acessíveis às necessidades e diversidades de crianças, jovens e adultos, sob as diretrizes de acesso e permanência, qualidade social e gestão democrática.
- Buscar captação de recursos junto ao governo federal para viabilizar a construção de dois novos CEUS na região alvorenga e orquídeas, articulando políticas de lazer, cultura, esporte e educação na perspectiva de construção dos territórios inclusivos.
- Elaborar um plano municipal com políticas para a primeira infância em ação intersetorial
- Assegurar a todos estudantes – crianças, jovens e adultos – um processo formativo integral que articule ciência, cultura, trabalho, filosofia, tecnologia, esporte numa escola democrática e participativa.
- Estimular a formação de plenárias infantis e juvenis para o planejamento do desenvolvimento da cidade nos próximos 20 anos.
- Retomar e qualificar o programa tempo de escola, assegurando educação integral, em tempo ampliado, na forma da lei, num currículo que articule cultura, esporte e lazer com atenção às diversas manifestações artísticas e culturais.
- Efetivar em caráter bianual a feira municipal do livro, resgatando a FELISB.

- Retomar e fortalecer a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, efetivando todo o suporte de apoio aos professores e educandos/as.
- Estabelecer uma política de democratização da língua brasileira de sinais (libras), promovendo formação aos profissionais da educação, de modo que crianças, jovens e adultos surdos possam ter acesso às escolas com comunicação efetiva.
- Constituir, de forma participativa em parceria com as universidades federais, uma proposta curricular crítico-humanística com atenção aos aspectos geracionais, culturais, territoriais, ambientais, de gênero e de etnia, com atenção as Leis 10.639/03 e 11.645/08, pautada pelos preceitos dos direitos humanos, opondo-se à toda forma de intolerância e opressão.
- Inserir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas de história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme estabelece a lei, e valorizar a difusão de autores e autoras negras.
- Implantar um plano para efetivação de política de segurança alimentar para fortalecimento da alimentação escolar em articulação com a agricultura familiar, garantindo uma alimentação saudável e nutritiva.
- Recuperar e ampliar o programa saúde na escola, efetivando políticas intersetoriais para desenvolvimento integral e saudável dos educandos e das educandas.
- Fortalecer os conselhos de escola, estimulando a participação das famílias e da comunidade na tomada de decisão dos processos formativos.

> **Diretriz III: Escola – sustentável, acessível, acolhedora e diversa** **Propostas de ação:**

- Promover interlocuções com outros setores e secretarias, visando à proteção de recursos ambientais (água e cinturão verde) e fortalecendo a coleta seletiva e o reaproveitamento de materiais, envolvendo as escolas.
- Organizar uma política de educação ambiental, valorizando a Billings e a Mata Atlântica enquanto patrimônio ambiental da cidade, em conjunto com a Secretaria de Gestão Ambiental.
- Criar hortas comunitárias com a participação das escolas em atenção ao desenvolvimento territorial sustentável.
- Incentivar o fomento para a promoção de geração trabalho e renda, na perspectiva da economia solidária e sustentável entre as famílias e estudantes de EJA.

> **Diretriz IV: Escola – valorização dos profissionais** **“O conhecimento é o que importa!”** **Propostas de ação:**

- Investir em programa de formação permanente para todos os profissionais da educação, atendendo os princípios de educação inclusiva e de direitos humanos, com atenção às diversidades de gênero e aos aspectos étnico-raciais, geracionais e territoriais, em parceria com as universidades locais, especialmente as públicas.
- Estimular as parcerias com universidades locais para oferecimento de cursos de especialização, lato e stricto sensu aos professores.
- Promover um ambiente de trabalho humanizado, que favoreça o crescimento profissional e incentive relações saudáveis e colaborativas.

- Retomar a realização da Conferência de Educação a cada dois anos, conforme orienta o Plano Municipal de Educação (PME).
- Implementar políticas para a superação da defasagem idade-série, da evasão e do abandono escolar deverão ter papel central na estratégia educacional, isso poderá ser alcançado tanto por uma experiência escolar mais atrativa e por busca ativa, quanto pela retomada de uma política de assistência estudantil, em especial a garantia de uma alimentação escolar de qualidade e atendimento de saúde adequado.
- Assegurar a qualidade da educação será necessário adotar um padrão nacional das condições de oferta educacional, como proposto no novo FUNDEB, levando-se em conta também a gestão democrática, o currículo, a valorização profissional, a educação integral e a territorialidade, entre outros aspectos.
- Investir em educação de qualidade, no direito ao conhecimento e no fortalecimento da educação, da creche ao fundamental. O nosso objetivo é resgatar os princípios do projeto democrático de educação e, para isso, é preciso fortalecer o acesso universal à educação pública gratuita, referenciada em valores democráticos, sociais, antirracistas, inclusivos e de laicidade consagrados em nossa Constituição, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais.
- Garantir a qualidade social da educação com equidade será a meta a ser perseguida, de modo a tornar os espaços educacionais lugares de elaboração e difusão da cultura, assegurando o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da ciência, da tecnologia, das artes e da filosofia.
- Induzir a promoção de cultura democrática e de valorização da diversidade nas escolas, priorizando o compromisso com o bem comum e o interesse público, o combate às desigualdades, ao racismo, ao sexismo, ao capacitismo e demais discriminações.
- Estimular também políticas voltadas à superação da violência e para a promoção de uma cultura de convivência pacífica nas escolas.



21

O DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A RETOMADA DO SUAS

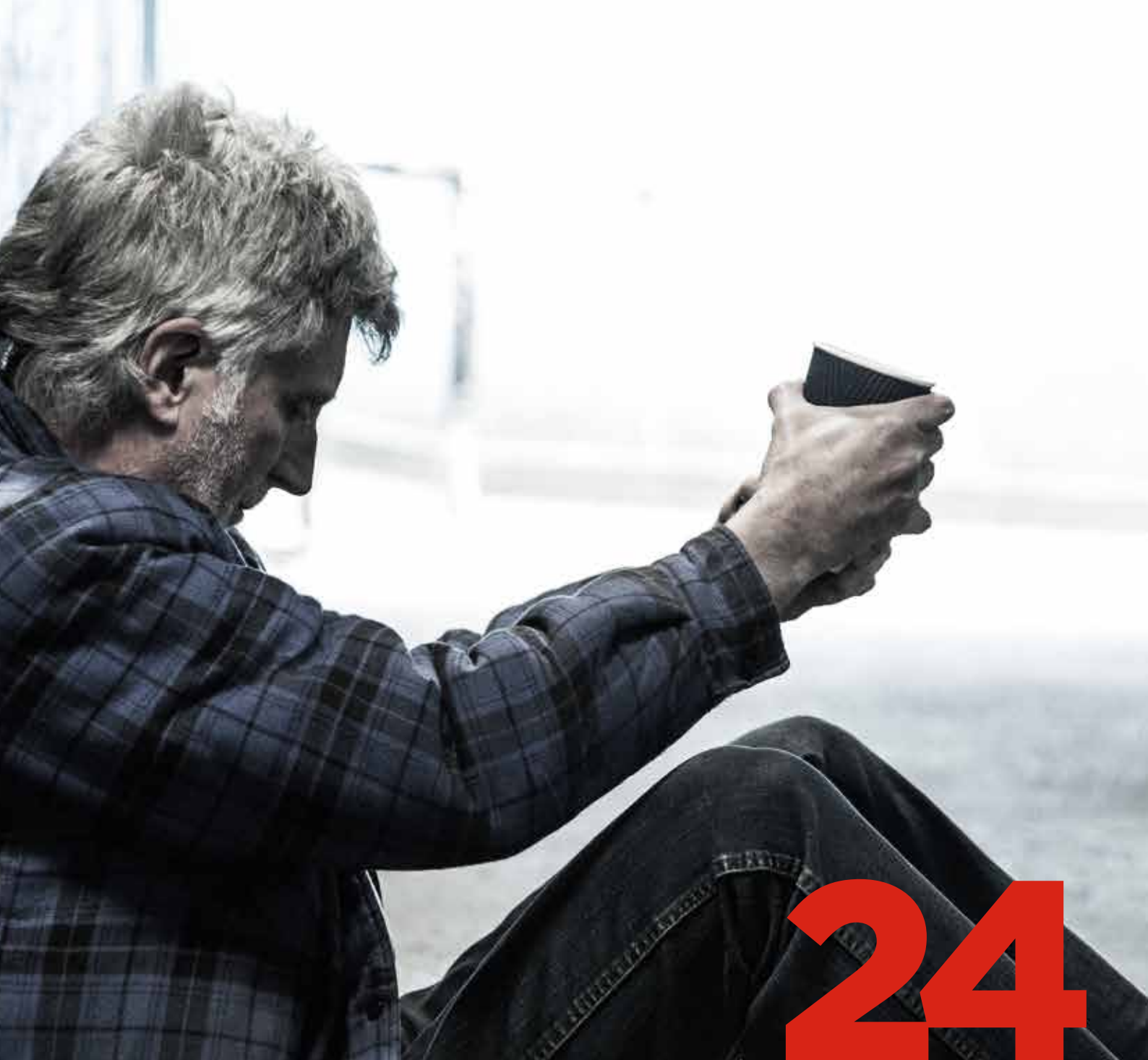
► **Diretriz I: Reconstruir e fortalecer a política de assistência social do SUAS**

Propostas de ação:

- Retomar a implementação do sistema único da assistência social (SUAS) com a reorganização da gestão dos centros de referência em assistência social (CRAS) e dos centros de referência especializados em assistência social (CREAS), aprimorando a rede de serviços públicos destinada às regiões de maior vulnerabilidade.
- Descentralizar programas e serviços, priorizando o atendimento das áreas de maior concentração de pobreza.
- Ampliar o atendimento socioassistencial através de equipes itinerantes em parceria com a rede socioassistencial e demais entidades nos territórios.
- Qualificar e articular os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos nos territórios, garantindo o acesso à população em situação de risco social e extrema pobreza.
- Retomar a aprimorar o cadastro único municipal, facilitando o acesso da população aos serviços com atendimento ágil e humanizado.
- Valorizar e desenvolver ações de qualificação dos servidores e profissionais do suas.
- Ofertar o programa auxílio-moradia a famílias e pessoas em situação de risco e violação de direitos.
- Expandir gradativamente, nos territórios mais vulneráveis da cidade, os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência e respectivas famílias, fortalecendo os espaços de convívio e de prevenção às situações de risco pessoal e social.
- Retomar a construção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), garantindo sua qualificação e ampliação e reconhecendo as diversidades e heterogeneidades de públicos e territórios.
- Propiciar condições de vida digna para os setores excluídos da população, diminuindo os bolsões de pobreza na cidade.
- Adotar, como estratégia de combate à pobreza, uma ação integrada, envolvendo programas de saúde, educação, habitação, cultura, esporte, lazer, assistência social e de geração de trabalho e renda.
- Construir e estimular redes de parcerias que ampliem as ações de combate à pobreza, incentivando especialmente a solidariedade dos cidadãos e cidadãs.
- Erradicar a extrema pobreza através da busca ativa dos grupos mais vulneráveis, da ampliação do acesso a políticas e serviços públicos e da garantia do acesso a alimentação saudável e qualificação para a inserção econômica e produtiva.
- Implantar o programa integrado de combate à miséria, considerando os aspectos sociais, econômicos com transferência de renda, urbanos e políticos, de forma a promover oportunidades e autonomia das pessoas.
- Construir e estimular a formação de redes de solidariedade nos territórios para o enfrentamento das vulnerabilidades e a articulação das políticas intersetoriais.
- Criar oportunidades de elevação da escolaridade, qualificação profissional e geração de renda para as pessoas que perderam o emprego.
- Fomentar a economia solidária para a geração de trabalho e renda.

➤ **Diretriz II: Retomar e aprimorar as políticas e os serviços públicos que garantam o acesso à alimentação saudável e à qualificação para a inserção econômica e produtiva dos grupos mais vulneráveis da população. Propostas de ação:**

- Ampliar o alcance do banco de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e qualificar o acesso das comunidades tradicionais ao equipamento.
- Desenvolver ações sociais voltadas para a constituição de redes de apoios solidários nos territórios para acolher pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar.
- Estabelecer política de compras institucionais de alimentos da agricultura familiar em âmbito municipal e regional para os equipamentos públicos municipais, seja os que oferecem alimentação aos usuários, seja os que realizam doação de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar.
- Desenvolver ações de segurança alimentar e nutricional para comunidades tradicionais.
- Incentivar a ampla participação social na construção da política de segurança alimentar e nutricional, pactuando, com os diversos segmentos sociais, a manutenção de espaços permanentes de interlocução – Conselho e Conferências – e reafirmando o pacto social em torno do Direito Humano à Alimentação.
- Possibilitar especialmente aos segmentos mais vulneráveis a complementação de renda por meio de cultivo e produção de alimentos saudáveis.
- Oferecer capacitação e assistência técnica continuada aos agricultores, incentivando a adoção de práticas mais sustentáveis, de preferência para a conversão para a agricultura orgânica/agroecológica.
- Identificar, mapear e avaliar as iniciativas locais e os movimentos da sociedade civil relacionados com a alimentação com a intenção de transformar as boas práticas em programas e políticas relevantes, com o apoio da investigação local ou de instituições acadêmicas.
- Promover e apoiar a agricultura urbana e periurbana, fomentando, inicialmente, hortas comunitárias em ambientes institucionais, como escolas, serviços de saúde, espaços comunitários e demais áreas possíveis de parceria.
- Retomar e implantar o plano de manejo do Pós-Balsa, potencializando as atividades econômicas alimentares existentes compatíveis com área de proteção aos mananciais.
- Constituir parcerias na cidade que visem à otimização de espaços sem destinação específica para o cultivo, buscando retomar a cultura do cuidado familiar e comunitário através do cultivo de alimentos e ervas em pequena escala, fomentando reeducação alimentar e hábitos saudáveis.
- Qualificar o atendimento e a oferta de alimentação para a população nos Restaurantes Bom Prato.
- Buscar parcerias junto ao Governo Federal para implantar Cozinhas Solidárias nas áreas de maior vulnerabilidade social.



24

**POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA
E O DIREITO À CIDADE**

> Diretriz I: Enfrentar o crescimento exponencial da população de rua, cujo perfil se alterou fortemente no período recente, com famílias inteiras vivendo em situação de total desproteção.

Propostas de ação:

- Aperfeiçoar a rede de proteção social que deve prioritariamente estar voltada à garantia da dignidade humana e da vida dessas populações.
- Assegurar um conjunto das políticas sociais para que incluam protocolos e rotinas para o atendimento à população em situação de rua.
- Buscar através da nova modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV voltada para essa população priorizar o acesso à moradia como primeiro passo de enfrentamento ao problema.
- Fortalecer a rede do SUAS, com serviços socioassistenciais considerando a transição do mundo da rua para a condição de pertencimento a um território e assegurar o direito aos bens sociais públicos.
- Promover programas de inclusão produtiva, assegurando o acesso a serviços de convivência e acolhimento e aos centros de atenção especializada - CENTROS POP, além da garantia ao acesso à saúde, educação e segurança alimentar.
- Reorganizar e fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua, qualificando o centro de referência da pessoa adulta em situação de rua e o acolhimento como elementos básicos de resgate da identidade pessoal e social, retomando os serviços de abordagem social de ruas e a gestão matricial das ações com as demais políticas públicas.
- Retomar a gestão compartilhada do Programa de Atenção à População em Situação de Rua adultos e adolescentes (Grupo Intersecretarial), incluindo assistência social, saúde, segurança urbana, serviços urbanos, entre outros.
- Reformar e reestruturar albergue municipal.



26

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

➤ **Diretriz I: Garantir a proteção integral a crianças e adolescentes, combatendo violações e promovendo seus direitos fundamentais**

Propostas de ação:

- Desenvolver programas matriciais de prevenção voltados para crianças e adolescentes, priorizando os territórios mais vulneráveis.
- Ampliar as ações de atenção as crianças e adolescentes vítimas de violência e extensivas aos seus familiares.
- Articular e integrar a rede socioassistencial para prevenção do acolhimento institucional infantil e abreviação dele, quando este for inevitável.
- Dar continuidade aos serviços de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.
- Criar, ampliar e fortalecer as políticas públicas para a reinserção social e econômica de adolescentes e jovens egressos das instituições de medidas socioeducativas e/ou do sistema prisional, garantindo acesso à educação em todas as fases de cumprimento das medidas, visando à inclusão social por meio de programas nas áreas da saúde, educação, lazer, trabalho e renda, entre outros.
- Retomar e fortalecer a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência.
- Estimular a participação de crianças, adolescentes e suas famílias nos espaços de convivência da cidade, oportunizando a construção da cidadania e o fortalecimento da participação cidadã.
- Retomar e fortalecer intersetorialmente o serviço de abordagem social para crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.
- Desenvolver ações e campanhas de combate à exploração do trabalho infantil doméstico.
- Realizar ações e campanhas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Ofertar programas profissionalizantes de inserção de jovens no mundo do trabalho com o desenvolvimento de ações intersetoriais e o estabelecimento de parcerias que garantam possibilidades de emprego a partir dos 16 anos, especialmente para jovens negros e negras.
- Retomar os serviços de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.
- Revisar todos os Planos Municipais referentes a Criança e Adolescentes.



IGUALDADE RACIAL

> Diretriz I: Promover a Igualdade racial, o combate ao racismo e a proteção à vida da população negra e o enfrentamento à discriminação e ao preconceito

Propostas de ação:

- Viabilizar ações na intersecção da temática gênero, classe e raça/etnia, estabelecendo o foco na situação da mulher negra e suas vulnerabilidades sociais.
- Estimular ações intersecretariais de promoção da igualdade racial para o enfrentamento do preconceito e da discriminação racial negra.
- Promover capacitações sobre o enfrentamento ao racismo institucional com todos órgãos da prefeitura e entidades da sociedade civil.
- Promover campanhas de combate ao racismo e de promoção da visibilidade e valorização da população negra.
- Criar o conselho da igualdade racial.
- Estimular debates e eventos relacionados às datas significativas para a população negra.
- Incluir nos concursos públicos municipais a reserva de vagas para a população negra, de acordo com a Lei Federal nº 12.990 de 9 de junho de 2014.
- Inserir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas de história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme estabelece a lei, e valorizar a difusão de autores e autoras negras.
- Retomar as atividades educativas e culturais no mês da Consciência Negra na cidade.
- Estimular a visibilidade da população negra nos meios de comunicação da cidade.
- Retomar o diálogo com entidades da sociedade civil, visando desenvolver uma rede de parcerias e informações qualificadas sobre a temática da igualdade racial na cidade.
- Garantir a qualificação do preenchimento do quesito raça-cor nos formulários de captação de dados para as políticas públicas.



30

LGBTQIA+

LUIZ FERNANDO E DR. DIB ★ 2025 A 2028

> Diretriz I: Proporcionar a garantia, a defesa de direitos, bem como promover e estimular a inclusão social das pessoas LGBTQIA+ Propostas de ação:

- Garantir o nome social nos crachás funcionais de servidores e servidoras.
- Incentivar a inclusão do público LGBTQIA+ nas capacitações com foco na elevação de escolaridade, visando ao mercado de trabalho, emprego e renda, com foco na lei de aprendizagem.
- Capacitar os profissionais trabalhadores dos serviços voltados à população em situação de rua para melhor acolhimento e atendimentos da população LGBTQIA+ nessa situação.
- Possibilitar acolhimento e participação da população idosa LGBTQIA+.
- Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do ensino, da educação, entre outros para maior proteção dessa comunidade.



32

MULHERES

➤ **Diretriz I: Garantir políticas para combater todas as formas de violência de gênero e raça, em especial as mulheres negras. Propostas de ação:**

- Implantar políticas geradoras de autonomia econômica como capacitação profissional.
- Gerar emprego e renda para mulheres com estímulo à criação de cooperativas.
- Fortalecer as ações de atenção à saúde integral das mulheres com atendimento humanizado em todas as fases de seu ciclo de vida.
- Criar o Conselho dos Direitos das Mulheres.
- Articular a mudança de endereço da Delegacia de Defesa da Mulher da “Cidade da Criança”, e implantá-la em local de fácil acesso.
- Articular, com a secretaria estadual de segurança pública, o atendimento 24 horas na delegacia de defesa da mulher (DDM).
- Fortalecer as políticas municipais de enfrentamento à violência contra a mulher e colocar em prática a Lei Municipal nº 6.643/2017 (dispõe sobre enfrentamento à violência contra as mulheres).
- Reestruturar o Centro de Referência da Mulher – Márcia Dangremon para acolhimento e escuta das mulheres em situação de violência que procuram esse serviço.
- Garantir a inserção de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade econômica no programa auxílio-moradia.
- Ampliar e estruturar o projeto patrulha guardiã maria da penha para monitorar e atender mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e que estejam com medidas protetivas de distanciamento do agressor.
- Articular a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de SBC, envolvendo a GCM e demais áreas do Governo Municipal, as polícias do Estado de São Paulo, a OAB, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e a sociedade civil organizada.
- Intensificar momentos de formação política para mulheres, visando à sua emancipação e organização para alteração da situação de desigualdade vivida por elas na sociedade.
- Realizar parcerias com os diversos grupos da sociedade civil para a realização de cursos sobre os direitos das mulheres nos Territórios Inclusivos.
- Articular espaço de acolhimento específico (Casa de Passagem) para mulheres em vulnerabilidade e situação de violência junto ao Governo Federal.
- Estabelecer parceria com universidades para realização de cursos de direitos humanos para as mulheres.
- Viabilizar ações socioeducativas no enfrentamento à violência contra a mulher, conforme determina a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.
- Retomar e fortalecer o GI – Grupo Intersecretarial de Políticas Afirmativas.
- Desenvolver formação para todas as áreas de governo e sociedade civil sobre direitos humanos, igualdade racial e combate ao racismo, à homofobia, à violência contra as mulheres e à intolerância com o diferente.
- Articular, com o sistema judiciário, para que haja acompanhamento profissional e de reflexão com os homens agressores, atendendo o que preceitua a Lei Maria Penha.
- Enfrentar a violência obstétrica capacitando os profissionais de saúde para que isso não ocorra e promover apoio ‘as mulheres vítimas de violência obstétrica.
- Consolidar o fórum permanente de homens pelo fim da violência contra as mulheres.
- Retomar e fortalecer a Campanha do Laço Branco – homens pelo fim da violência contra as mulheres.
- Retomar o convênio com a casa abrigo regional, via consórcio do ABC.



34

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

> Diretriz I: Promover a acessibilidade e cidadania das pessoas com deficiência

Propostas de ação:

- Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência, promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade.
- Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, como educação, esporte, cultura e lazer, e ao atendimento de saúde específico à sua deficiência.
- Estimular, nos espaços públicos, a convivência inclusiva para pessoas com deficiência.
- Estimular o núcleo de formação cidadã para adolescentes e jovens com deficiência.
- Promover o acesso a tecnologias assistivas à pessoa com deficiência, realizando parcerias com universidades e outros setores de atuação na área, visando à autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- Criar um programa de formação, orientação e suporte aos cuidadores e familiares de pessoas com deficiência e de apoio a mães e pais de pessoa com deficiência.
- Fortalecer o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
- Estruturar o Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista.



36

PESSOAS IDOSAS

➤ **Diretriz I: Desenvolver políticas públicas de proteção, qualidade de vida e inclusão social para as pessoas idosas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade**

- Promover formação e capacitação para servidores e familiares sobre envelhecimento, direitos e cuidados para com a pessoa idosa.
- Oferecer formação digital, ampliando o acesso às novas tecnologias.
- Desenvolver ações que qualifiquem as instituições de longa permanência.
- Articular com a Faculdade de Direito de São Bernardo o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos da faculdade para a terceira idade.
- Celebrar o Dia das Pessoas Centenárias do Município de SBC (Lei nº 6.503 de 23/09/2016), valorizando as pessoas longevas e seus familiares.
- Dar visibilidade aos órgãos de proteção e canais de denúncias à violência contra pessoas idosas em parceria com o Ministério Público, a Delegacia de Defesa do Idoso e também entidades do segmento na cidade. Fortalecer o Conselho Municipal do Idoso.
- Reestruturar os pontos de encontro para pessoas idosas nos territórios da cidade, utilizando os equipamentos públicos existentes, garantindo atividades de convivência, reflexão e lazer.
- Desenvolver curso de formação de cuidadores domiciliares com prestação de atendimento social.
- Criar atendimento domiciliar, em conjunto com a secretaria de saúde, para atender idosos e pessoas com deficiência dependentes em situação de vulnerabilidade e risco, realizada através de Cuidadores Domiciliares.
- Retomar o programa de acolhimento a idosos e pessoas com deficiência em vulnerabilidade e sem vínculos familiares.



38

JUVENTUDE

➤ **Diretriz I: Priorizar o direito ao território para as juventudes, ampliando as oportunidades de acesso e emprego, principalmente daquelas que se encontram nas periferias e áreas de maior risco social**

Propostas de ação:

- Retomar e intensificar a CAJUV como referência básica para a juventude, ampliando a oferta de atividades articuladas com educação, cultura, esporte e lazer.
- Retomar a política de cursinhos preparatórios gratuitos nos bairros para ingresso em universidades e institutos.
- Mapear e construir parcerias com a rede de cursinhos populares existentes no município.
- Desenvolver ações de educação sexual, visando à prevenção de gravidez precoce, Aids e DSTS.
- Criar uma política de estímulo à produção artística da juventude da periferia que promova a exibição, difusão e comercialização da produção cultural.
- Envolver entidades estudantis, escolas estaduais, universidades e a iniciativa privada nas ações da juventude.
- Rever e fortalecer o Conselho Municipal de Juventude e realizar
- Consolidar o parque da juventude como espaço de referência dos jovens da cidade.
- Ampliar a oferta de programas profissionalizantes para inserção de jovens no mundo do trabalho com desenvolvimento de ações intersetoriais.
- Criar programa de fomento na área de economia criativa, articulando as cadeias produtivas relacionadas à juventude (skate, teatro, música, grafite, gastronomia, meio ambiente, audiovisual, games, entre outras).
- Ampliar a descentralização das ações voltadas para a juventude, usando os equipamentos públicos existentes e considerando os territórios inclusivos da cidade.
- Estimular a participação das juventudes nos espaços de planejamento da cidade PPA e Orçamento Participativo.
- Desenvolver campanhas de conscientização para lidar com questões de saúde mental, como o Setembro Amarelo, articuladas com a Secretaria da Saúde.
- Desenvolver e ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e programas de inserção no mundo do trabalho, articulada com a Secretaria de Educação, o Desenvolvimento Econômico e Ambiental.
- Ampliar o número de contemplados pela gratuidade escolar no transporte público municipal, considerando critérios socioeconômicos e demais instituições de ensino municipal (cursinhos populares).

➤ **Diretriz II: Combate ao extermínio da juventude negra**

Propostas de ação:

- Instituir o plano de prevenção à violência contra a juventude negra, com o objetivo de reduzir a violência e o encarceramento desmedido.
- Promover o debate crítico sobre os padrões de violência contra a juventude negra, ampliando a oferta de ações específicas para jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, a fim de fomentar trajetórias de inclusão e autonomia.
- Promover o aprimoramento da atuação institucional por meio de ações que sensibilizem agentes para o enfrentamento a racismo e estigmas contra a juventude.



40

**CULTURA NO CENTRO
DA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO
DE SÃO BERNARDO**

> **Diretriz I: Território é lugar de cultura**

Propostas de ação:

- Fomentar a ocupação e utilização de espaços públicos, como parques, praças e escolas, pela comunidade em todos os territórios para ações de difusão, fomento, formação cultural e artística, leitura e preservação.
- Aperfeiçoar as regras de transparência já existentes nos processos de seleção e formulação de editais.
- Aprimorar o programa de difusão, valorizando a produção local ao investir em eventos e atividades artísticas e culturais que representem a diversidade e pluralidade.
- Buscar captação de recursos para reforma/ampliação dos equipamentos culturais existentes.
- Valorizar e apoiar os coletivos culturais existentes na cidade de modo a promover intercâmbio, formação e suporte para suas ações.
- Reconstituir e valorizar os espaços de formação artística e de profissionalização.
- Desenvolver atividades em parcerias com universidades públicas e privadas da região.
- Retomar e ampliar os polos culturais na cidade, com ações de formação, difusão e preservação da memória de bairro em conjunto com produtores locais.
- Organizar nos territórios festivais culturais (música, teatro, cinema, saraus), envolvendo as escolas e a comunidade.
- Realizar parceria com o Governo Federal para fortalecer e ampliar os Pontos de Cultura com papel estratégico para o protagonismo cultural da sociedade e para a ampliação do acesso da população aos bens e serviços culturais.
- Em parceria com o Governo Federal implementaremos um programa de promoção e qualificação dos espaços culturais públicos, fomentando a ampliação e descentralização destes equipamentos.
- Retomar o projeto de desenvolvimento do polo cultural vera cruz por meio de parcerias para viabilizar recursos necessários.
- Retomar o projeto do centro de formação audiovisual é um setor estratégico para o novo ciclo criativo e econômico da cidade e do país.

> **Diretriz II: Preservar a memória, a história e a identidade de São Bernardo**

Propostas de ação:

- Retomar o processo de digitalização e disponibilizar os acervos públicos relacionados à arte e à cultura.
- Revisar e atualizar a Lei nº 2.610/84, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, material e imaterial e cultural do município de São Bernardo do Campo.
- Criar programa de visitas monitoradas para atender nossa rede pública municipal de ensino e demais interessados em todos os espaços que possuam acervos culturais.
- Retomar o projeto da Chácara Silvestre como centro de referência das culturas populares, desenvolvendo ações que valorizem estas manifestações.
- Reestruturar e modernizar a rede de bibliotecas da cidade, com criação de pontos de leitura comunitários.
- Buscar parcerias para realizar um calendário cultural, valorizando os referenciais urbanos de identidade da cidade.

> Diretriz III: Participação, transversalidade e acesso

Propostas de ação:

- Revisar e implementar o plano municipal políticas culturais, articulado com as diretrizes e ações do PPA Participativo.
- Realizar conferências e encontros como espaço de diálogo permanente com a sociedade sobre as políticas culturais.
- Rever e aprimorar o Conselho Municipal de Políticas Culturais.
- Revisar o valor tarifário para uso dos equipamentos culturais pelos artistas da cidade.

> Diretriz IV: Economia da cultura como estímulo do desenvolvimento local

Propostas de ação:

- Implantar incubadoras da economia criativa.
- Retomar a política de editais públicos para fomento às atividades artísticas e culturais da cidade.
- Apoiar os fazedores de cultura por meio de ações de formação e orientação para a economia da cultura.

A man with a beard and mustache, wearing a light blue button-down shirt, is smiling broadly and holding a black walkie-talkie in his right hand. The background is blurred, suggesting an outdoor setting.

43

**SEGURANÇA
URBANA**

A man in a light blue uniform is shown from the chest up, holding a black walkie-talkie. He is smiling and looking towards the camera. The background is blurred.

LUIZ FERNANDO E DR. DIB ★ 2025 A 2028

► **Diretriz I: Políticas integradas e territoriais de prevenção da violência e do crime**

Propostas de ação:

- Reativar o Departamento de políticas preventivas da SSU, com atribuição de fazer a gestão coordenada das políticas intersecretariais.
- Retomar e ampliar o programa cidade de paz com suas estruturas integradas de gestão: Comitê Gestor Intersecretarial, visando garantir a implementação de ações intersecretoriais e interdisciplinares.
- Retomar, ampliar e municipalizar o projeto mulheres da paz, com processo formativo em temas de direitos humanos, violências de gênero, doméstica, racial, etária, mediação de conflitos e redes de proteção.
- Retomar e ampliar os projetos para a juventude como forma de prevenção secundária da violência, contemplando um processo de formação integral para cidadania, protagonismo comunitário e formação profissional.
- Desenvolver projetos de prevenção situacional a fim de transformar terrenos abandonados nos territórios em espaços de encontro e convivência com técnicas de permacultura, com a própria comunidade, a exemplo do Quintal do Cidade de Paz.
- Retomar gestão da informação – gestão das informações criminais por meio do Infocrim e de outros bancos de dados municipais, além de diagnósticos participativos, produzindo mapas georreferenciados dos crimes e das violências, bem como indicadores de monitoramento e de resultado das ações desenvolvidas.
- Criar condições legais e operacionais para recepção de imagens cedidas por câmeras privadas de condomínios, domicílios e empresas.
- Adotar estratégias específicas para os locais da cidade com maior incidência de violência.
- Reativar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), garantindo uma gestão integrada da segurança urbana na cidade.
- Retomar e ampliar os fóruns locais do Cidade de Paz por meio da participação de atores públicos e sociais para a produção de ações comunitárias voltadas à promoção da cultura de paz e convivência.
- Atualizar os processos e procedimentos do centro integrado de monitoramento (CIM), fortalecendo a atuação integrada da GCM, Trânsito, Defesa Civil e SAMU, com investimentos em novas tecnologias e instalações de novas câmeras em pontos estratégicos da cidade.
- Criar o plano municipal de segurança pública para estruturar a política municipal de segurança urbana.
- Retornar e Fortalecer o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no que tange as políticas públicas de segurança pública em âmbito regional.
- Utilizar a tecnologia disponível para implantação de “Muralhas Eletrônicas” com câmeras de videomonitoramento nas entradas e saídas da cidade.
- Ampliar o vídeo monitoramento para toda a cidade.



45

***POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O FOMENTO
AO ESPORTE***

➤ **Diretriz I: Recolocar São Bernardo no podium como protagonista do esporte brasileiro.**

Propostas de ação:

- Retomar a política de apoio ao esporte e paraesporte representativo da cidade, aprimorando sua forma de gestão e captação de recursos, com vistas ao atendimento das demandas das diversas modalidades que representam o município em competições esportivas.
- Potencializar a gestão dos centros de treinamento esportivos, retomando suas vocações como espaços de excelência para a preparação de atletas e realização de grandes competições esportivas.
- Qualificar a preparação de atletas que representem a cidade em competições esportivas para idosos e desenvolver ações de incentivo e valorização do esporte master em suas várias modalidades.
- Reorganizar o calendário de eventos esportivos da cidade e investir na captação de grandes eventos tendo São Bernardo como sede.
- Apoiar os clubes de futebol da cidade para manutenção de suas equipes nas principais competições esportivas do país.
- Apoiar o fortalecimento do futebol amador da cidade, dialogando com a liga e os clubes não filiados.
- Retomar o Projeto Tigrinho, garantindo o funcionamento de escolinhas de futebol, com atendimento qualificado, em todas as regiões da cidade e ampliando o projeto para atender outras modalidades.
- Investir na criação e manutenção de núcleos de formação e treinamento nas diversas modalidades esportivas.
- Integrar o atendimento realizado pela rede municipal de educação aos núcleos de formação esportiva, aumentando e diversificando a oferta de cursos e vivências esportivas para crianças e adolescentes em todas as regiões da cidade, incluindo a participação de pessoas com deficiência.
- Estruturar e implantar o plano de incentivo a prática de esportes radicais em suas diversas modalidades.
- Garantir a oferta de atividade física para adultos e terceira idade nas diferentes regiões da cidade.
- Qualificar a gestão dos equipamentos esportivos, modernizando sua administração, programação e manutenção.
- Potencializar o plano de reforma e modernização dos campos de futebol com instalação de grama sintética e iluminação.
- Implantar projetos esportivos em todas as praças e parques da cidade.

> Diretriz II: Implantar Sistema Integrado de Lazer, colocando São Bernardo como referência em política de promoção da saúde e bem estar para todos, atendendo os critérios dos territórios inclusivos

Propostas de ação:

- Promover a integração de projetos, ações e recursos humanos das diversas áreas do governo com vistas a criação e fortalecimento de espaços de convivências em todas as regiões da cidade.
- Retomar e ampliar o projeto de bem com a vida, fortalecendo os grupos vinculados à rede de saúde, ampliando o acesso da população às práticas corporais, alimentares, culturais e de lazer e retomando a gestão integrada do projeto.
- Implantar política de otimização do uso das praças-parques e arenas esportivas, garantindo a oferta de práticas corporais orientadas e o incentivo ao uso dos equipamentos de forma segura e democrática.
- Retomar o projeto expresso lazer com oferta diversificada de práticas de lazer e fortalecimento do diálogo com as comunidades.
- Estruturar e implantar política de reconhecimento e incentivo a prática dos jogos eletrônicos (games, e-sports), evidenciando suas contribuições para a cultura, educação e inovação tecnológica.
- Potencializar ações, na região do riacho grande, de práticas recreativas de esportes aquáticos e esportes de aventura na natureza, de forma sustentável e consciente.
- Apoiar a organização de eventos e encontros periódicos de grupos organizados na área de lazer (ciclistas, jipeiros, colecionadores, entre outros).
- Apoiar e fortalecer o funcionamento de ruas e avenidas, aos domingos, para o desenvolvimento de atividades de esporte, cultura e lazer de forma espontânea.

> EIXO 2

**SÃO BERNARDO
DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE
SOCIO-AMBIENTAL E CLIMÁTICA**





49

**POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

➤ **Diretriz I - Modernização da estrutura econômica do município relacionados à transição energética e tecnológica com recuperação do crescimento, do investimento e do emprego**

Propostas de ação:

- Articular bancos públicos, organizações e agências de fomento da esfera federal, internacional e estadual para o desenvolvimento de projetos estruturantes de modernização da economia local e regional, bem como para a aproximação com empresas e agrupamentos de empresas sediadas no município
- Implementar programas de estímulo (fiscal e não fiscal) à modernização de atividades econômicas no município, especialmente orientadas à redução da emissão de gases de efeito estufa e à digitalização das empresas
- Implementar programas de apoio à descarbonização da atividade industrial na cidade e região
- Implementar programas de apoio à digitalização da atividade industrial na cidade e região
- Articular suportes financeiros e não financeiros visando à inserção da indústria local nos objetivos e missões da nova política industrial brasileira (nova indústria Brasil)
- Revisar plano diretor municipal, orientando a preservação e reativação da atividade industrial, incluindo a estruturação e implementação de distritos de inovação em áreas específicas da cidade
- Engajar São Bernardo do Campo na nova revolução industrial digital e de baixo carbono, cuja transversalidade passa necessariamente por uma simultânea revolução educacional e tecnológica e pelo fortalecimento do mercado de trabalho.
- Promover o engajamento da indústria na transição ecológica, energética e digital.
- Estimular o poder de compra governamental em complexos industriais estratégicos, como saúde, alimentos entre outros.
- Apoiar o desenvolvimento das capacitações e qualificações tecnológicas digitais da região, considerando as desigualdades regionais no esforço da reindustrialização.
- Promover a inovação como alavanca da transição, reduzindo os riscos tecnológicos de novos produtos, processos e do surgimento de novas empresas.
- Transformar São Bernardo do Campo em um polo de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Implantar o processo de descarbonização no transporte público municipal.
- Fortalecer o fomento à economia criativa.

➤ **Diretriz II - Serviços de apoio às empresas e empreendedores do município**

Propostas de ação:

- Modernizar e ampliar escopo de atividades da sala do empreendedor.
- Implementar uma rede pública de FAB-LABS para o fomento à cultura maker na cidade e região, articulado à rede municipal de educação.
- Retomar os arranjos produtivos locais (APL) de São Bernardo do Campo e região, no segmento industrial (autopeças, ferramentaria, máquinas, têxteis, gráficos, químico e outros), tendo como um dos principais itens da agenda de trabalho a reconversão industrial.

- Retomar o arranjo produtivo local (APL) de defesa, de modo a constituir uma série de ações visando fortalecer e expandir a indústria produtora de itens de defesa e segurança, tendo a cidade de São Bernardo do Campo e região como polo de referência.
- Implementar ações para que o parque industrial de São Bernardo do Campo tenha capacidade de produzir itens também para atender outros mercados (como o da saúde), além daqueles já tradicionalmente atendidos.
- Fomentar a inserção de São Bernardo do Campo na chamada indústria 4.0.
- Estruturar programas de qualificação de mão de obra para lidar com as novas tecnologias da indústria 4.0.
- Promover parcerias com grandes corporações, como Google, IBM, Amazon, Facebook, para contribuir com o desenvolvimento de cursos.
- Retomar e atualizar o Cadastro Geral da Indústria (CGI).
- Reestruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, tornando-o deliberativo.
- Articular empresas e universidades a partir de parcerias com o uso de laboratórios, profissionais especializados, material para inovação, entre outros, com finalidade de fortalecer o parque industrial e tecnológico da cidade.
- Preservar o parque industrial existente, garantindo que áreas ocupadas por empresas sejam somente substituídas por polos geradores de empregos.
- Mapear áreas e galpões industriais disponíveis.
- Estimular a implantação de condomínios industriais.

> Diretriz III - Ampliar a política municipal de apoio ao comércio e serviços **Propostas de ação:**

- Realizar política pública para o fomento do comércio eletrônico (e-commerce) nas empresas e estabelecimentos comerciais da cidade, por meio de capacitação, apoio a crédito, participação em compras públicas e mais.
- Retomar e aprofundar o programa Compre e use Produtos de São Bernardo do Campo e do Grande ABC.
- Fortalecer os comércios de centros de bairros e dos conjuntos habitacionais criando condições para transformar São Bernardo do Campo em uma cidade policêntrica.
- Fazer Cadastro Local de novos segmentos de desenvolvimento do município, como gastronômico, serviços, acadêmico e comércio em geral.
- Retomar e potencializar a Feira de Móveis da Jurubatuba.
- Retomar e aprimorar o Festival Gastronômico, a Rotas dos Sabores, considerando as vocações dos estabelecimentos da cidade.

➤ **Diretriz IV -Potencializar políticas de estímulo às micro e pequenas empresas**

Propostas de ação:

- Capacitar micro e pequenas empresas, baseando-se nos princípios da economia criativa.
- Promover políticas de acesso das micro e pequenas empresas às compras públicas municipais e às cadeias de valor de grandes empresas.
- Promover “rodadas de relacionamento” entre a administração pública municipal e empreendedores, com o intuito de dar visibilidade às principais obras da prefeitura, que se traduzirão em demandas de produtos e serviços.
- Implementar programa de extensão tecnológica para micro, pequenas e médias empresas industriais, em parceria com universidades e institutos de promoção científica e tecnológica, visando à melhoria de competitividade por meio da modernização de processos produtivos e sistemas de gestão empresarial.

➤ **Diretriz V- Consolidar são bernardo do campo como destino turístico**

Propostas de ação:

- Inserir centros de formação profissional e laboratórios de universidades no programa de turismo industrial.
- Rever e fortalecer o Conselho Municipal de Turismo.
- Retomar e fortalecer o arranjo produtivo local (APL) de turismo, com vistas a estruturar ações planejadas e ágeis de fomento de turismo na cidade e região.
- Potencializar e integrar roteiros turísticos com identidade local, abrangendo o ecoturismo, gastronômico, industrial, sindical, histórico, entre outros.
- Ampliar parcerias com instituições de ensino de modo a garantir a inclusão de roteiros de turismo do município em atividades de intercâmbio.
- Valorização do patrimônio histórico e cultural.
- Potencializar o desenvolvimento econômico por meio de geração de emprego e renda no segmento do turismo.
- Revitalizar e reforçar o papel do Mercado Municipal do Rudge Ramos como ponto turístico.
- Apoiar um programa de capacitação e flexibilização da rede hoteleira para tornar seus negócios mais flexíveis, incluindo, entre outras, a possibilidade de se tornarem também espaços de realização de home office.
- Fomentar o Turismo de Eventos.

> **Diretriz VI - POTENCIALIZAR AÇÕES AO EMPREENDEDORISMO A PARTIR DE PRÁTICAS COLABORATIVAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO, RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Propostas de ação:

- Promover parceria entre Poder Público, Fintechs (startups da área financeira) e Economia Solidária para fomentar a chamada economia colaborativa e viabilizar moeda complementar para esses negócios e, deste modo, propiciar capital para os empreendimentos da economia solidária.
- Conectar as ações da economia solidária com as ações da economia criativa de forma a gerar valor e inovação para os empreendimentos.
- Propiciar e estimular a participação de representantes da economia solidária em todos os Arranjos Produtivos Locais (APLs) a serem retomados na cidade – autopeças, ferramentaria, máquinas, têxteis, gráficos, químico, turismo, bares, restaurantes e padarias –, de modo a estimular que a economia solidária seja vista como um dos fornecedores de bens e serviços para as empresas que compõem a cadeia produtiva de cada APL.
- Buscar parcerias para estimular a constituição de empreendimentos solidários e colaborativos.
- Dar continuidade ao fomento da comercialização dos produtos e autossustentação dos empreendimentos econômicos solidários.
- Retomar a incubadora de empreendimentos solidários.
- Reavivar o fórum de empreendimento solidário.
- Realizar um diagnóstico dos empreendimentos solidários na cidade.
- Induzir os empreendimentos voltados à economia criativa, estimulando o desenvolvimento de potenciais áreas, como design, games, audiovisual, gastronomia, meio ambiente, skate, entre outras.
- Retomar o diálogo com empresas e universidades de São Bernardo do Campo por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), de forma a discutir, estruturar e executar, por cadeia produtiva (autopeças, ferramentaria, móveis, máquinas e equipamentos, química e outras), a resolução dos desafios tecnológicos colocados pelas empresas.
- Fortalecer a lei municipal de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação. Promover diálogo entre instituições de ensino, setor empresarial e sindicatos de trabalhadores, visando atender as necessidades de mão de obra qualificada e realização de projetos estratégicos em conjunto.
- Realizar, de maneira interativa e bilíngue, o Inventário Municipal de Oferta e Demanda Tecnológica, de forma a apresentar a potencialidade de São Bernardo nessa área para todo o mundo.
- Incentivar parcerias internacionais voltadas a pesquisas, desenvolvimento e inovação entre universidades e empresas.
- Articular atores institucionais visando implantar o Centro de Design Têxtil e Confecções.
- Estimular os hubs de inovação.
- Atrair e envolver startups nas várias áreas do governo (mobilidade, segurança, educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente) para ajudar a resolver os desafios.
- Estabelecer uma política para atração de centros de pesquisa e laboratórios, em áreas estratégicas, como saúde, mobilidade, química, petróleo e gás, entre outras. Introduzir as temáticas da indústria nas grades e nos programas educacionais desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior.

- Implementar processos cooperativos por meio do modelo Tríplex Hélice, articulando prefeitura, setor produtivo e universidades.
- Continuar o processo de modernização e desburocratização dos serviços públicos voltados à atividade econômica
- Realizar parceria com os diversos órgãos envolvidos – como a Junta Comercial – para constituir o registro digital, de modo que não seja mais necessário que o empreendedor leve documentos à prefeitura no processo de criação de empresas.
- Modernizar a legislação municipal com o objetivo de acompanhar os modelos atuais de produção e organização da cidade e da sociedade, visando a desburocratização dos serviços.
- Estabelecer política municipal de apoio à economia popular e solidária, com iniciativas de capacitação técnica e gerencial, bem como suporte à captação de recursos por parte dos empreendimentos assim caracterizados, incluindo as cooperativas instaladas na cidade.
- Viabilizar e realizar feiras da economia popular e solidária no município.

> EIXO 3

**SÃO BERNARDO DA
INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E
QUALIDADE DE VIDA**





56

**DESENVOLVIMENTO
URBANO**

► **Diretriz I: Planejar e executar as políticas urbanas de forma transversal, inclusiva e integrada com o território, combatendo os processos de segregação socioeconômica, de modo a tornar mais equitativo o acesso da população à terra e aos serviços urbanos. Propostas de ação:**

- Resgatar o Condições com seu caráter participativo e deliberativo que perdeu sua importância pela atual gestão após sua reformulação.
- Revisar o plano diretor de forma participativa adequando aos novos instrumentos de urbanização e regularização fundiária.
- Revisar a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, considerando alterações nas dinâmicas verificadas no território, como por exemplo os corredores implantados e os eixos comerciais.
- Promover as atividades de interesse turístico por meio da valorização socioambiental dos atributos naturais de São Bernardo do Campo.
- Incentivar no território dos mananciais a criação das zonas de segurança alimentar potencializando a produção de produtos orgânicos.
- Promover o processo participativo de elaboração e implementação de planos de bairros, fortalecendo a economia local, melhorando a oferta de serviços.
- Revitalizar a área central com adequação e valorização das vias de circulação de pedestres em especial no entorno dos imóveis públicos.
- Promover ações através do Plano de Mobilidade, para requalificação das calçadas, de forma atender pessoas com mobilidade reduzida e ou pessoas com deficiência e pessoas idosas.
- Melhorar a iluminação de passeios e vias públicas, otimizando recursos através de tecnologias adequadas e com maior eficiência.
- Utilizar novas Tecnologias para maior transparência na administração pública.
- Revisar a legislação edilícia e atualizar o código de obras e edificações do município.
- Preservar e qualificar áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas e indústrias por meio de instrumentos urbanísticos e da ampliação e modernização da infraestrutura instalada.
- Elaborar o Plano de Manejo do Pós-Balsa.
- Fortalecer as ações das equipes de Fiscalizações Técnicas e de Posturas;
- Realizar a PPP de iluminação pública de led, integrando-a ao conceito de “cidade inteligente” (smart city).
- Desenvolver ações urbanísticas que favoreçam a segurança urbana.
- Modernizar e aperfeiçoar a legislação urbanística com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável de proteção aos mananciais e a área urbana da cidade, em uma relação de complementaridade e de sustentabilidade ambiental.
- Integrar as áreas urbanas periféricas, em especial os loteamentos irregulares e precários, assegurando a essa parcela da população o acesso a infraestrutura e serviços urbanos de qualidade.
- Desenvolver propostas inovadoras de desenvolvimento urbano e socioambientais integrados nos fóruns regionais e metropolitanos.

Reformular a proposta da operação urbana consorciada adequando a nova dinâmica do mercado imobiliário.

➤ **Diretriz II – Ação integrada com Desenvolvimento Urbano para implementação dos instrumentos urbanísticos e socioambientais**

Propostas de ação:

- Retomar a integração entre a política de desenvolvimento urbano, de habitação, de meio ambiente, serviços urbanos e de mobilidade urbana inserindo nos projetos urbanos e instrumentos urbanísticos de transformação do território, recuperação ambiental, mecanismos de indução à produção habitacional, urbanização de favelas e regularização fundiária, e conciliar a capacidade de suporte com a implementação de novos empreendimentos imobiliários e atividades econômicas.
- Rever com a Secretaria de Habitação a legislação de regularização das edificações em Zona de Especial Interesse Social, desburocratizando, sem onerar o proprietário do imóvel regularizado;
- Promover ações conjuntas das políticas urbanas e socioambientais, com vistas a melhoria da sustentabilidade socioambiental nos projetos habitacionais, implantados e a implantar.
- Colaborar na retomada da aplicação, no fortalecimento e na implementação de instrumentos de garantia do cumprimento da função social da propriedade, reforçando a integração destes instrumentos com a Política de Habitação, por meio da identificação das ZEIS de vazio a serem prioritariamente aplicados os instrumentos urbanísticos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória - PEUC, indicando a utilização para fins habitacionais de áreas objeto de “Arrecadação de Bens Abandonados” entre outras ações.

➤ **Diretriz III – Dotar a cidade de um sistema moderno e inovador de apoio à gestão pública com a aplicação de tecnologias que permitam a ampliação da transparência, da eficiência, da velocidade de resposta e viabilize a redução do custeio.**

Propostas de ação:

- Promover a elaboração de plano diretor de geoprocessamento e sua implementação a partir da atualização das bases cartográficas e dos sistemas tecnológicos para viabilizar a permanente e sistemática atualização do Sistema de Informações Geográficas do Município e fortalecendo esse importante instrumento de decisão governamental e de controle social.
- Implementar o cadastro técnico multifinalitário, de forma a relacionar bancos de dados, padronizar e unificar os cadastros existentes, e possibilitar sua alimentação e consulta de maneira integrada e visualizada no sistema de informações geográficas do município.
- Ampliar a oferta de serviços tecnológicos de divulgação de dados e informações públicas para subsidiar o controle social, a elaboração de projetos e estudos, a apresentação e acompanhamento de processos administrativos para licenciamento de obras e atividades econômicas e fortalecer as ações de fiscalização e controle urbano e ambiental.
- Implementar novas tecnologias para promover maior transparência e eficiência na gestão pública reduzindo significativamente os tempos de análises e licenciamento.
- Promover a gestão eficiente da infraestrutura urbana por meio da integração de sistemas de controle e manutenção das redes a um banco de dados unificado e integrado ao sistema de informações geográficas do município.
- Equipar o município com novas tecnologias de monitoramento aéreo por laser possibilitando o mapeamento em 3D e por Drone possibilitando o monitoramento ambiental e acompanhamento do dinamismo da cidade.



59

INFRAESTRUTURA URBANA

➤ **Diretriz I- Aprimorar e qualificar a política municipal de resíduos sólidos**

Propostas de ação:

- Retomar ações que garantam o futuro da questão de destinação final dos resíduos sólidos.
- Garantir o cumprimento das metas e ações do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.
- Priorizar a gestão de resíduos e incentivar a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos encaminhados com vistas a reduzir essa quantidade.
- Reconhecer o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.
- Qualificar e ampliar os serviços e equipamentos de limpeza urbana, tais como coleta seletiva, pontos de entrega voluntária e Ecopontos.
- Recuperar e aperfeiçoar o sistema de controle, informação, comunicação e educação ambiental com participação direta da população.
- Monitorar os passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos.
- Promover continuamente a capacitação profissional dos trabalhadores das cooperativas de triagem de materiais recicláveis do município.
- Incentivar e promover parcerias com universidades para a realização de estudos e pesquisas sobre as tecnologias de aproveitamento, processamento e reciclagem de resíduos.

➤ **Diretriz II - Planejar e executar obras para redução dos pontos de inundação, aperfeiçoando a manutenção e implantando progressivamente o Plano Diretor de Drenagem**

Propostas de ação:

- Prosseguir com obras de combate a enchentes, hierarquizando os problemas das áreas inundáveis e programando as intervenções.
- Realizar a manutenção preventiva do sistema de macro e microdrenagem por meio da limpeza de bocas de lobo, galerias e canais, dentre outros serviços.
- Retomar a discussão, junto ao Governo do Estado, sobre a execução e manutenção de piscinões e córregos.
- Recuperar estrutura, equipe e recursos de manutenção e limpeza pela prefeitura dos dispositivos de drenagem.

➤ **Diretriz III - Perseguir a excelência na prestação de serviços de manutenção urbana**

Propostas de ação:

- Executar programa de recuperação viária, qualificando vias públicas com conceitos de melhoria da mobilidade urbana e acessibilidade universal.
- Retomar o plano municipal de passeios, reformando as calçadas de prédios públicos.
- Implantar programa de manutenção predial continuada a fim de propiciar adequadas condições de trabalho, visando garantir a qualidade e funcionalidade dos equipamentos públicos.
- Retomar o programa rua nova.

➤ **Diretriz IV – Retomar e aprimorar a política integrada de gestão de riscos urbanos e ambientais**

Propostas de ação:

- Atualizar o mapeamento de riscos ambientais, permitindo uma atuação preventiva.
- Organizar ação integrada das secretarias municipais para planejamento e implementação de medidas de prevenção, mitigação e adaptação frente aos riscos associados às mudanças climáticas (chuvas extremas, crises de abastecimento hídrico, ondas de calor e epidemias).
- Fortalecer a defesa civil e criar o sistema municipal de proteção e defesa civil, um fórum de governança para discussão, planejamento e proposição de ações com representação dos atores/setores dos diversos cenários de risco existentes no município (encostas, inundações, riscos sanitários, plantas industriais, transportes de produtos perigosos etc.).
- Implementar os instrumentos da Lei Federal nº 12.608/2012, que estabelece a política nacional de proteção e defesa civil no planejamento e na gestão da cidade (cartas geotécnicas de suscetibilidade e de aptidão à urbanização, PMRR).
- Fortalecer e ampliar os núcleos de proteção e defesa civil (NUPDECs), investindo em ações de mobilização e capacitação de seus representantes, e disseminar, junto à sociedade civil, a importância do envolvimento das comunidades em ações de combate a riscos.
- Intensificar o monitoramento e a fiscalização em áreas mapeadas, evitando que novas situações de riscos sejam criadas.

➤ **Diretriz V: Ampliar a coleta seletiva**

Propostas de ação:

- Reorganizar a estrutura da cooperativa de coleta, fragilizada pelo governo do PSDB.
- Retomar o trabalho de conscientização de grandes geradores para adesão à coleta seletiva, com a concessão de certificação "Amigo da Coleta Seletiva" como estímulo.
- Desencadear campanha de comunicação reforçando horários e roteiros de coleta.
- Retomar o programa de educação ambiental na central de reciclagem.

➤ **Diretriz VI: Gestão sobre as concessionárias e empresas que prestam serviço na cidade**

Propostas de ação:

- Especialmente, sobre os serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica em nossa região, ENEL São Paulo, buscando assegurar qualidade no serviço prestado.
- Fiscalizar e cobrar da Sabesp, as obras de coleta e tratamento de esgoto na cidade, inclusive aquelas obras nas APRMS que retiram o esgoto que hoje polui a Represa Billings.



QUALIDADE AMBIENTAL

> **Diretriz I: Protegendo os mananciais e a represa Billings, integrando-os à cidade.**

Propostas de ação:

- Ampliar as políticas de implantação de atividades econômicas compatíveis com a conservação dos Mananciais como aquelas iniciadas nos governos do PT, como roteiros de ecoturismo, certificação ambiental de empreendimentos já existentes (como os pesqueiros) e capacitar os moradores locais para a operação dessas atividades
- Reforçar e reorganizar as unidades de Fiscalização Ambiental da GCM e das secretarias, integrando os efetivos para potencializar a inibição de crimes ambientais no território
- Acompanhar para impedir eventuais transferências das águas poluídas do rio Pinheiros para a represa Billings em desacordo com a Constituição Estadual e Lei específica da Billings.

> **Diretriz II: Parque estoril como unidade de conservação**

Propostas de ação:

- Retomar o manejo do Parque Natural Municipal Estoril como unidade de conservação e redirecionar seu funcionamento com um centro de excelência em educação ambiental para os temas Mananciais e Mata Atlântica
- Reativar o centro de educação ambiental do Estoril, retomando as atividades de visitas monitoradas e de formação de docentes da rede municipal em educação ambiental
- Retomar o programa de visitas monitoradas no parque e no zoológico, consolidando a vocação de espaço regional de educação ambiental.
- Reafirmar o zoológico como unidade de recepção e tratamento de animais da mata atlântica em situações de risco e utilizar o local como espaço de educação ambiental com atividades organizadas para o público escolar.
- Implantar no parque atividades de esportes e lazer aquáticos.

> **Diretriz III: Criação de referência paisagística para as áreas verdes**

Propostas de ação:

- Radicalizar a implantação de bosques urbanos em áreas onde só existam gramados, melhorando o microclima, aumentando a absorção de água da chuva e valorizando os vazios urbanos (espaços não construídos) como locais de silêncio e de usufruto da cidade.
- Incorporar nos projetos de obras urbanas o projeto paisagístico com o objetivo de amenizar o impacto visual dessas obras.
- Manejar as áreas verdes também com o objetivo de reter água de chuva e infiltrá-la no solo.
- Dar tratamento de área verde à área do linhão que corta a cidade, utilizando-o também como espaço de produção familiar de hortifrutis e compostagem.
- Dar tratamento técnico à arborização da cidade, eliminando as podas depredatórias e plantando árvores adequadas ao meio urbano, com diversidade e explorando a beleza paisagística das floradas, das copas e troncos.
- Identificar as áreas onde a comunidade se interesse em conduzir associações para manejo de hortas comunitárias e apoiar essa prática.

- Definir o conceito de novos parques e praças como espaço multiuso de lazer, esporte, cultura e contemplação da natureza.
- Constituir um sistema municipal de áreas verdes, de forma a garantir a gestão desses espaços com referência técnica e priorização de usos para o manejo, diferenciando o tratamento entre parques, praças e bosques urbanos.
- Realizar o mapeamento da arborização da cidade, usando essa informação como referência para a gradativa substituição de árvores em situação de risco.
- Obter do governo estadual a manutenção adequada dos piscinões existentes na cidade com a implantação de bosques urbanos nesses locais, hoje vazios e normalmente com problemas de limpeza e segurança.
- Priorizar ações de paisagismo nos territórios de inclusão da cidade e nos empreendimentos habitacionais incorporando nesses cuidados os equipamentos públicos já existentes, dotando-os de vegetação de forma a embelezá-los.
- Desenvolver ações de requalificação paisagística nos centros de bairros

> **Diretriz IV: Implantação progressiva de infra estrutura verde** **Propostas de ação:**

- Adotar como diretriz nas novas obras públicas soluções de infra verde, como jardins de chuva e jardins filtrantes, usando espaços verdes como locais para retenção e infiltração de água de chuva.
- Aumentar a área permeável da cidade, contemplando essa diretriz também em novas obras
- Adotar como diretriz para novas obras a exigência da captação e reuso de água de chuva
- Renaturalizar, dentro do possível, os córregos da cidade, utilizando o máximo da revegetação.

> **Diretriz V: Modernizar o licenciamento ambiental e a fiscalização** **Propostas de ação:**

- Aumentar o controle social e a publicização sobre a emissão de licenças e autorizações ambientais, incluindo aí as compensações ambientais.
- Modernizar o procedimento do licenciamento ambiental, tornando-o mais ágil e aumentando o controle sobre as fontes de poluição mais importantes.
- Retomar a política de licenciamento sobre fontes de poluição ainda fora do procedimento licenciatório, com negociação e orientação ao setor.
- Interligar o processo de licenças urbanísticas com a licença ambiental com o objetivo de se criar um único rito, mais ágil para o cidadão.

> **Diretriz VI: Remediação de áreas contaminadas** **Propostas de ação:**

- Identificar, junto ao cadastro de áreas contaminadas da CETESB, as áreas no município onde haja risco para comunidades e atuar no sentido da remediação.
- Realizar as obras de remediação do Jardim das Oliveiras, obras cuja concepção e projeto com o menor prejuízo à comunidade foi apresentado e aprovado pela CETESB no final de 2016.

> **Diretriz VII: Educação ambiental como conceito na rede municipal de educação** **Propostas de ação:**

- Reativar o centro de educação ambiental do Estoril, fechado no governo do PSDB, retomando o trabalho de formação para os professores da rede municipal.
- Oferecer à sociedade oficinas de educação ambiental nos parques da cidade, numa programação permanente.
- Implantar programa de educação ambiental para as comunidades das unidades habitacionais.
- Desenvolver política de educação ambiental específica para as comunidades moradoras das APRMs.

> **Diretriz VIII: Universalizar a coleta e tratamento de esgoto na cidade** **Propostas de ação:**

- Fiscalizar e cobrar da Sabesp as obras de coleta e tratamento de esgoto na cidade, inclusive aquelas nas APRMs que retiram esgoto que hoje polui a represa Billings.

> **Diretriz IX: Implantar na cidade uma política de proteção animal, estimulando a posse responsável e a parceria com as entidades protetoras da sociedade civil**

- Ampliar ações de castração animal, atuando com uma lógica geográfica na cidade.
- Estabelecer uma rede de entidades tratadoras de animais abandonados, construindo uma política de atendimento que envolva apoio e orientação.
- Proibir a circulação de animais de tração.
- Criar, no âmbito do ConCidades, uma Câmara Técnica de Proteção Animal
- Treinar a Guarda Ambiental para atuação na proteção animal.
- Retomar as Campanhas de Vacinação animal.



66

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA

> **Diretriz I: Implantar um sistema de transporte coletivo integrado, física e tarifariamente, garantindo a qualidade e segurança nos deslocamentos**

Propostas de ação:

- Reestruturar todo sistema de transporte coletivo municipal, considerando a infraestrutura dos corredores de ônibus já implantados, otimizando e criando linhas troncais de alta capacidade e alimentadoras e estabelecendo ligações entre os terminais e as estações de conexão com os bairros.
- Implantar o sistema integrado de monitoramento, controle e comunicação, garantindo a máxima eficiência na prestação dos serviços e a informação aos usuários em tempo real.
- Qualificar o serviço de atendimento aos usuários do transporte coletivo.
- Priorizar a utilização de energia de tração limpa em toda a frota de ônibus municipais, com o uso de tecnologia não poluente ou baixos índices de poluição.
- Ampliar a rede cicloviária com a infraestrutura adequada, garantindo a integração com o sistema estrutural.
- Fazer gestão junto ao governo do estado para viabilizar a integração com o transporte metropolitano e racionalizar a rede metropolitana em complemento à rede municipal.
- Ampliar as linhas de ônibus adaptadas para pessoas com deficiência.
- Implementar o transporte com Vans alimentadoras do transporte público nas áreas de difícil acesso viário.

> **Diretriz II: Qualificar a gestão da mobilidade urbana com a modernização da operação e fiscalização do trânsito, aumentando a segurança viária e a fluidez do tráfego**

- Adotar inovações tecnológicas para melhorar a fluidez do trânsito e assegurar informações aos cidadãos e cidadãs.
- Melhorar e ampliar a sinalização de tráfego.
- Implantar sistema de controle semafórico – corredor verde, priorizando o transporte coletivo e sincronizando os principais cruzamentos da cidade para melhorar a fluidez do tráfego.
- Qualificar o atendimento às ocorrências de operação, fiscalização de trânsito e atendimento aos usuários.
- Incentivar a implantação de estacionamentos verticais na região central e nos principais pontos de conexão com o transporte coletivo.
- Estudar a viabilidade de implantação de faixa azul exclusiva para motocicletas.

> **Diretriz III: Qualificar o controle e a gestão dos serviços de transporte público** **Propostas de ação:**

- Aprimorar as políticas públicas para controle e fiscalização dos serviços de transporte escolar, táxi, fretamento, aplicativos, entre outros, com a revisão e atualização da legislação vigente.
- Aperfeiçoar a gestão econômica do transporte público, melhorando o controle sobre os valores das tarifas.

> **Diretriz IV: Qualificar e implantar a política de educação para a mobilidade segura** **Propostas de ação:**

- Retomar e aprimorar o programa de educação para o trânsito, introduzindo ações continuadas nas escolas.
- Capacitar e qualificar os operadores do serviço de transporte público (motoristas, cobradores, taxistas, transportadores escolares e motoristas da frota pública).
- Orientar usuários do transporte coletivo, promovendo a redução de acidentes no interior dos veículos e no embarque/desembarque de passageiros.
- Dar continuidade às ações do programa travessia segura, sensibilizando motoristas e pedestres de seus papéis na construção de cidadania e buscando reduzir o número de vítimas em atropelamentos.



69

**HABITAÇÃO
CIDADE DEMOCRÁTICA,
SUSTENTÁVEL E RESILIENTE**

➤ **Diretriz I: Habitação como prioridade de Governo e potencialização da parceria com o Governo Federal** **Propostas de ação:**

- Investir na diversificação de fontes de financiamento da política habitacional, considerando a nova conjuntura econômica e fortalecendo os Fundos públicos associados à área.
- Concluir ações iniciadas e não concluídas
- Investir na diversificação das formas de viabilização das ações de política habitacional, inclusive com participação da iniciativa privada e dos movimentos sociais;
- Atualizar de forma democrática e participativa o plano de habitação de interesse social (PLHIS) elaborado no governo Marinho, planejando ações, metas e recursos para a próxima década de forma articulada com o Plano Plurianual Participativo e o Orçamento Participativo.

➤ **Diretriz II: Respeito e diálogo na relação com a população e participação efetiva nas ações da Política Habitação** **Propostas de ação:**

- Adotar novamente o atendimento presencial na secretaria.
- Retomar o trabalho social nas áreas com plantões sociais, ativação das COMULs, prestação de contas e informações contínuas para as comunidades sobre ações, inclusive de regularização fundiária.
- Aprimorar as estratégias de ação junto às comunidades em parcerias com as organizações sociais e a utilização de tecnologias sociais adequadas e inovadoras.
- Promover o diálogo e a parceria com as organizações sociais e os movimentos de moradia na elaboração e execução da política habitacional.
- Criar o núcleo de mediação de conflitos fundiários coletivos, com o objetivo de reduzir o número de despejos forçados e involuntários, e preservar o direito à moradia e à segurança da posse legítima.
- Retomar o funcionamento regular do conselho da cidade paritário (governo/ sociedade civil) como fórum de discussão democrática e participativa da política habitacional do município.

➤ **Diretriz III: Ampliar e aprimorar as ações de prevenção e eliminação de riscos à vida nos assentamentos precários integradas ao planejamento urbano e às infraestruturas que permitam à cidade enfrentar com resiliência os eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas.** **Propostas de ação:**

- Atualizar e ampliar o escopo do plano municipal de redução de risco (PMRR) nos assentamentos precários, incluindo a identificação e o tratamento de outros riscos no ambiente urbano, como aqueles que afetam a segurança sanitária.
- Articular recursos para as obras e ações necessárias à redução ou eliminação das situações de risco identificadas no município.

- Priorizar o atendimento emergencial nos locais de maior precariedade com ações de saneamento (água e esgoto), regularização de energia elétrica, contenção de encostas e drenagem nos pontos de inundação.
- Integrar o esforço de reestruturação da ação coordenada de órgãos públicos e população para o monitoramento das áreas de risco e a educação para a resiliência, incluindo o fortalecimento dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs).

Implementar as medidas concebidas de forma integrada com meio ambiente, planejamento urbano e infraestruturas voltadas a dotar a cidade de meios para enfrentar com resiliência eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas

- Estabelecer parcerias com universidades e centros técnicos buscando soluções sustentáveis baseadas na natureza (SBN) e incorporando novas técnicas e tecnologias a projetos e obras habitacionais, como utilização de energia fotovoltaica, reuso da água de chuva, reciclagem de entulho da construção, utilização de novas tecnologias da informação etc.

> Diretriz IV: Ampliar a regularização dos assentamentos e concluir os que não dependem de obras **Propostas de ação:**

- Concluir e entregar as escrituras de todos os processos em andamento das áreas de regularização fundiária, assim como das áreas de urbanização e conjuntos habitacionais ainda não concluídos.
- Ampliar o processo de regularização para estender o atendimento a todos os demais assentamentos que não dependem de obras para ser moradia regular, em especial as áreas localizadas na área de proteção aos mananciais e as áreas de propriedade da CDHU, mediante convênio específico.
- Aprimorar os processos de regularização das áreas que dependem de obras – considerando as atualizações do marco legal - com vistas à agilização da execução e conclusão da regularização destas áreas;
- Oferecer apoio necessário à regularização das edificações dos lotes regularizados, garantindo assistência técnica aos casos que demandem essa solução.
- Dar preferência à outorga (entrega) de escrituras de transferência da propriedade, e não somente escrituras de posse para os lotes regularizados.
- Garantir que o pagamento das soluções habitacionais públicas volte a ter relação direta com a capacidade de pagamento de cada família, sem limite de desconto para o subsídio necessário ao seu pagamento.
- Garantir que a cobrança de IPTU das áreas públicas regularizadas e das unidades habitacionais alienadas com subsídio, seja cobrado somente após a quitação dos imóveis junto à prefeitura.
- Atribuir zoneamento especial às áreas regularizadas com vistas a fortalecer a sustentabilidade do Plano Integrado de Urbanização e Regularização Fundiária aprovado, inclusive com valores de IPTU compatível com o perfil socioeconômico da população.

> Diretriz V: Ampliar a urbanização e regularização dos assentamentos precários

Propostas de ação:

- Concluir projetos de urbanização integrada e obras em andamento.
- Viabilizar obras de urbanização do Jardim Cláudia aprovado no PAC 2024.
- Ampliar o processo de urbanização para novas áreas, com prioridade para as áreas aprovadas pelo Orçamento Participativo, considerando diferentes estratégias de urbanização, compatíveis com a conjuntura de restrição do repasse de recursos dos governos Federal e Estadual.
- Aprimorar os projetos com novas metodologias que consideram a qualidade, acessibilidade e usufruto do território associado a grupos prioritários por vulnerabilidade; e que combinem sustentabilidade, recuperação ambiental e direito à moradia, neste caso, em especial, nas áreas de mananciais.

> Diretriz VI: Ampliar a produção de novas moradias, com modalidades diversas, incluindo parcerias com movimentos sociais e setor produtivo

Propostas de ação:

- Promover empreendimentos habitacionais para faixas e grupos diversificados, em conformidade com as alternativas de financiamento mobilizáveis, tanto no Governo Federal, quanto no Governo do Estado.
- Utilizar recursos do Fundo Municipal de Infraestrutura para aquisição de terrenos em áreas com infraestrutura urbana para oferecer como contrapartida adicional e viabilizar empreendimentos associativos no âmbito do Programa MCMV.
- Promover empreendimentos habitacionais específicos para as famílias atendidas pelo programa renda abrigo, tendo como meta “zerar” a demanda, dando publicidade à lista de espera e critérios de prioridade na página da prefeitura na internet.
- Assegurar atendimento aos grupos vulneráveis, respeitando as cotas de atendimento estabelecidas pela legislação.
- Assegurar soluções de acessibilidade na edificação e no entorno, com plena adequação para a inserção social de pessoas com deficiência e pessoa idosa, além da primeira infância.
- Aprimorar os projetos investindo na sustentabilidade social, considerando a articulação de equipamentos sociais diversos, compatíveis com a demanda e a previsão de áreas para atividade econômica no entorno.

Organizar o acesso a novas unidades, considerando as demandas diversas, incluindo as famílias que moram de aluguel e em situação de coabitação.

➤ **Diretriz VII - Aprimoramento da gestão da política habitacional, com atualização de instrumentos em favor do respeito aos direitos, eficiência e transparência**

- Reorganizar a estrutura da Secretaria, inclusive com o fortalecimento e recomposição da equipe técnica própria nos termos adequados para a dimensão de São Bernardo e para as metas e ações propostas.
- Retomar, de forma participativa e com transparência, os critérios e procedimentos de controle e priorização quanto à destinação e ao uso das unidades dos empreendimentos habitacionais entregues.
- Atualizar a legislação de interesse social para garantir a escritura em nome da mulher chefe de família e, nos casos de dissolução conjugal, ao titular que tenha a guarda do(s) filho(s).
- Rever a atual legislação do programa Renda Abrigo para, quando necessário, melhor atender ao direito de moradia de forma transitória e temporária.
- Dar publicidade, pela internet, dos nomes dos beneficiários titulares dos projetos e programas habitacionais por área, assim como daqueles titulares de direito, mas ainda sem atendimento equacionado.
- Atualizar e disponibilizar ao público pela internet as informações e o mapa do Sistema de Informação de Habitação de Interesse Social, descontinuado pela atual administração.
- Redefinir os procedimentos de fiscalização, controle, prioritariamente de ocupações irregulares e adensamento de áreas ocupadas, visando integrar ações com outras Secretarias respeitando a Constituição e os direitos humanos.
- Rever a legislação tributária incidente sobre a cobrança de IPTU dos empreendimentos de habitação de interesse social e moradias situadas em zonas especiais de interesse social, de modo a corrigir distorções.
- Estabelecer convênios com concessionárias e prestadores de serviços públicos (água, esgoto e energia elétrica) para procedimentos mais ágeis na expedição de diretrizes ou execução de obras e serviços de sua responsabilidade, particularmente nas ações de atendimento emergencial aos moradores dos assentamentos precários.

➤ **Diretriz VIII: Assegurar legislação e instrumentos de gestão urbana que fortaleçam a habitação de interesse social e a garantia do Direito à Cidade**

Propostas de ação:

- Ampliar acesso das famílias mais pobres da cidade nas terras demarcadas como zeis.
- Investir prioritariamente em Habitação de Interesse Social (HIS) priorizando o atendimento para famílias de baixa de renda em consonância com as atualizações da política nacional de habitação.
- Reestabelecer o percentual de 70% das unidades produzidas em HMP em ZEIS para famílias da faixa 1.
- Rever os parâmetros urbanísticos definidos para HMP de modo a reduzir atrativos para famílias com renda superior adquirirem tais empreendimento ao invés da população a que originalmente se destina.
- Adequar o plano diretor para garantir mais terras destinadas à HIS e à HMP e para receptionar as adequações em ZEIS, ampliando o acesso à cidade para a população mais pobre de São Bernardo do Campo.

> Diretriz IX : Parceria com os movimentos sociais e sindicatos para execução de programas e ações

Propostas de ação:

- Estruturar apoio e assistência técnica aos movimentos populares com o objetivo de ampliar seu papel na implementação da política habitação.
- Promover empreendimentos habitacionais em parceria com entidades, cooperativas, grupos organizados e movimentos sociais.
- Promover, em parceria com associações, movimentos de moradia e assessorias, ações do programa de regularização fundiária e também do programa de assistência técnica para melhorias habitacionais nos assentamentos.

> Diretriz X: Incorporar nas ações da Habitação as inovações da Política Nacional de Habitação do Governo Lula com destaque para o Programa Periferia Viva e Habitação nas regiões centrais e outras inovações promotoras de inclusão social

Propostas de ação:

- Mapear os territórios periféricos prioritários do município, e elaborar Plano de Ação Periferia Viva, financiado pelo Governo Federal, para orientar o processo de intervenção.
- Realizar Diagnóstico Territorial Integrado nas áreas de intervenções.
- Realizar ações de qualificação sócio territorial nas áreas priorizadas, incluindo execução de obras e melhorias em loteamentos informais de baixa renda e de conjuntos habitacionais degradados.
- Articular as ações das diversas políticas sociais do governo para fortalecer o processo de inclusão e protagonismo social e a redução de vulnerabilidades, fomentando o desenvolvimento econômico e social nas áreas de intervenção.
- Assegurar em todos os programas da política de habitação estratégias sócio territoriais voltadas à inclusão de públicos prioritários em especial primeira infância, pessoa idosa e pessoa com deficiência.
- Ampliar o provimento e acesso dos serviços públicos no entorno das áreas onde se inserem os projetos de urbanização e empreendimentos habitacionais

> Diretriz XI: Criar o Programa de Gestão Sustentável dos empreendimentos habitacionais

Propostas de ação:

- Fornecer apoio e assistência técnica às comissões de condomínio após a entrega dos empreendimentos.
- Estruturar o trabalho técnico de monitoramento e encaminhamento de solução dos problemas de responsabilidade das empresas que executaram os empreendimentos, durante o período do Pós ocupação definido pelos Programas de Habitação, de responsabilidade do governo federal, ou estadual.
- Promover parcerias com organizações e movimentos sociais visando à qualidade de vida comunitária e participação de eventos culturais, recreativos e esportivos nos espaços públicos.
- Implantar ação de assistência técnica para melhorias, reformas e ampliação de moradias de famílias de baixa renda, com orientação sobre fontes de financiamento para pequenas reformas e acabamentos.
- Firmar parceria com rede diversificada de operadores do programa em conformidade com as fontes de financiamento mobilizáveis.

EIXO 4

**SÃO BERNARDO
DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL**





77

PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

➤ **Diretriz I – Ampliar a participação cidadã no ciclo de planejamento da cidade e avançar na implantação de mecanismos de participação digital**

Propostas de ação:

- Ampliar e consolidar os espaços democráticos de relação entre a prefeitura e a comunidade a partir da implementação de novos canais de controle social, utilizando tecnologia de ponta para assegurar maior controle e transparência das ações do governo.
- Fortalecer a discussão pública do plano plurianual participativo e do orçamento participativo.
- Implantar inovações tecnológicas e sociais voltadas à promoção da cidadania, fomentando processos colaborativos.
- Implantar acompanhamento da execução e implementação das políticas públicas mensurando seus resultados no bem-estar e na qualidade de vida da população.
- Dar continuidade no planejamento das ações de governo utilizando a metodologia do planejamento estratégico situacional – PES.
- Introduzir um sistema de apropriação de custos para utilizar com mais eficiência ainda os recursos públicos.
- Modernizar e inovar os processos de contratação dos serviços públicos que permitam sua ampliação com menor custo, sem perda da qualidade.
- Implantar o sistema integrado de planejamento e orçamento, compras, recursos humanos e finanças para aperfeiçoar o acompanhamento e gerenciamento das ações do governo, garantindo que sejam executadas a contento, no tempo político e técnico, de forma a garantir informação transparente sobre as ações do governo.
- Fortalecer no âmbito da administração a cultura da informação, com vistas a fomentar a produção de dados que auxiliem na tomada de decisão e no controle social.
- Elaborar um programa de formação de cidadãos e cidadãs para melhor apropriação dos dados governamentais e, assim, ampliar a transparência e o controle social.
- Aprimorar os mecanismos de retorno e informação dos resultados alcançados no PPA e Orçamento Participativo.
- Implementar um comitê gestor para resolução de problemas da gestão pública com as diversas áreas.

➤ **Diretriz II - Consolidar os diversos canais de participação cidadã e desenvolver a articulação transversal e o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais.**

Propostas de ação:

- Retomar e fortalecer o processo de tomada de decisão no conselho municipal do orçamento.
- Garantir e intensificar o processo de formação e capacitação para todos os conselhos municipais.
- Garantir a participação cidadã na definição dos projetos estruturantes da cidade.
- Implementar novos canais de controle e fiscalização que visem garantir eficiência e transparência na gestão pública.
- Multiplicar as iniciativas de educação para a cidadania.

- Sensibilizar a sociedade em geral, ampliando o número de pessoas que se disponham a realizar trabalhos voluntários.
- Instituir programa de voluntariado que articule os interesses, as disponibilidades e as necessidades existentes na cidade.
- Estimular universidades a desenvolver Programa de Formação de Políticas Públicas, destinado à capacitação permanente de conselheiros e agentes envolvidos nos diversos espaços de participação.

Criar mecanismos mais ágeis de comunicação, garantindo que as informações cheguem à população em tempo hábil.

Diretriz III - Relação com as comunidades religiosas **Propostas de ação:**

- Contribuir no estabelecimento de estratégias de afirmação da diversidade e da liberdade religiosa, do direito de não ter religião, da laicidade do estado e do enfrentamento a intolerância e racismo religioso.
- Incentivar e apoiar programas e projetos que promovam o respeito e o diálogo religioso, e combate a intolerância religiosa.
- Retomar os canais de diálogo permanente com a comunidade religiosa.
- Apoiar a divulgação de informações sobre as religiões praticadas no âmbito da cidade.
- Promover adequação das normas administrativas a fim de garantir a assistência religiosa diversificada em hospitais, casas de abrigos, entre outros espaços, permitindo ao paciente abrigado, acolhido, assistido e reeducado que faça sua declaração de preferência religiosa e receba assistência de acordo com sua fé.
- Estabelecer uma política de cessão de equipamentos disponíveis na prefeitura para a realização de eventos ou celebrações da comunidade religiosa.
- Aproveitar melhor a atuação social das comunidades religiosas, articulando-a com a estrutura de atendimento social da administração.



80

INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

➤ **Diretriz I - Aperfeiçoamento do atendimento e capacidade de resposta ao cidadão.**

Propostas de ação:

- Simplificar, padronizar e desburocratizar os procedimentos e fluxos de trabalho, resultando em melhoria de tempo e qualidade de atendimento aos cidadãos.
- Aumentar a oferta de serviços consolidando o modelo de governo eletrônico e digital, de forma a garantir a qualidade e agilidade do atendimento.
- Ampliar a aplicação de ferramentas tecnológicas para aumentar a visão da gestão integrada e a estruturação das informações municipais, aprimorando a capacidade gerencial e a assertividade na tomada de decisões.
- Investir na readequação dos espaços de trabalho, visando à otimização de atendimento e o bem-estar dos servidores.

➤ **Diretriz II - Valorização do servidor municipal**

Propostas de ação:

- Retomar e aprimorar a mesa de negociação permanente.
- Atualizar a legislação referente ao funcionalismo, sobretudo o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Bernardo do Campo.
- Fortalecer uma política municipal de gestão de pessoas que congregue programas de capacitação e qualificação técnica e comportamental continuada para os servidores, além do desenvolvimento de mecanismos para maior aproveitamento de perfis, competências e saberes na alocação, seja em projetos, seja em operações cotidianas.
- Ampliar a política integrada de saúde do servidor, garantindo atendimento individualizado no que se refere à assistência social, psicológica e da medicina do trabalho.
- Investir na capacitação do funcionalismo para o uso de ferramentas de gestão sobre as peças orçamentárias (LDO, LOA E PPA), bem como sobre o planejamento.

➤ **Diretriz III - Investir fortemente na inovação tecnológica para enfrentamento de desafios contemporâneos.**

Propostas de ação:

- Fomentar e implantar programas que garantam maior cooperação técnica com centros acadêmicos, instituições, empresas e cidadãos para impulsionar o desenvolvimento de soluções conjuntas que tragam inovação e aplicação de tecnologias para soluções de desafios sociais, econômicos, ambientais e de convivência urbana.
- Disponibilizar o acesso à internet com alta velocidade em espaços públicos, contribuindo com a ampliação de possibilidades de soluções e o fortalecimento da colaboração na construção da cidade inteligente e inclusiva.
- Utilizar tecnologias para geração de indicadores e fiscalização cidadã por meio de acesso a dados abertos, resultando em maior eficiência na gestão e reduzindo os riscos de fraudes e corrupção.

Diretriz IV - Controle e transparência da gestão **Propostas de ação:**

- Implantar a controladoria geral do município (CGM) de São Bernardo, que congregará as ações de corregedoria e ouvidoria, permitindo maior fiscalização, eficiência e transparência na gestão pública, auxiliando no combate à fraude e corrupção.
- Disponibilizar ferramentas formativas on-line que apoiem a apropriação do conhecimento e da participação cidadã no processo de amadurecimento democrático (como vídeos autoexplicativos que demonstrem a melhor forma de utilizar a Lei de Acesso à Informação - LAI)

EIXO 5

**SÃO BERNARDO
COMPROMETIDA COM
O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E METROPOLITANO**





84

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO

➤ **Diretriz I - Reforçar a capacidade executiva do Consórcio Intermunicipal, como formulador, articulador e implementador de políticas de mobilidade, planejamento urbano, resíduos sólidos, drenagem, segurança urbana, defesa civil, saúde, habitação, educação e de inclusão social.**
Propostas de ação:

- Retomar a capacidade de planejamento, articulação e implementação de políticas públicas integradas para a região do Grande ABC.
- Lançar o processo de mobilização da sociedade civil e gestores para elaboração e posterior implementação do PPA Regional Participativo 2025/2028.
- Retomar o Plano Regional de Mobilidade.
- Revisar e implantar o Plano Diretor Regional, articulando a revisão dos planos diretores municipais de acordo com suas diretrizes.
- Retomar e fortalecer o centro regional de formação em segurança urbana.
- Buscar integração das guardas municipais por intermédio de uma política comum de inteligência e informação.
- Retomar o plano regional de gestão e prevenção de riscos com a participação das Defesas Cívicas municipais e entidades da sociedade civil.
- Revisar e fortalecer as diretrizes regionais de gestão ambiental e planejamento urbano.
- Fortalecer as ações de acolhimento da casa abrigo regional para as mulheres em risco de morte decorrente da violência doméstica.
- Criar a casa de acolhimento regional para a comunidade LGBTQIA+

➤ **Diretriz II - Em relação à política metropolitana, São Bernardo do Campo continuará contribuindo a partir do Consórcio Intermunicipal Grande ABC para uma agenda com prioridades voltadas para uma estratégia de desenvolvimento regional, contemplando o interesse dos sete municípios.**
Propostas de ação:

- Articular a instância de governança metropolitana com participação paritária dos governos estadual e municipais e participação dos consórcios intermunicipais nos núcleos de deliberação e formulação de políticas metropolitanas.
- Articular a implementação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para a Região Metropolitana de São Paulo, garantindo a existência de instâncias paritárias em seus organismos técnicos.
- Persistir, junto ao Governo do Estado, a implantação do Plano Metropolitano de Macrodrenagem, especificamente com a implantação do piscinão Jabuticabal.
- Articular a Região de Saúde do ABC para buscar do Governo do Estado a ampliação do acesso aos serviços especializados ambulatoriais e hospitalares, revendo a oferta de acordo com as necessidades dos municípios, priorizando consultas, exames e internações de alta complexidade ou de doenças raras, com ênfase no atendimento hospitalar de crônicos adultos e infantis.
- Articular a implementação do Plano Metropolitano de Mobilidade, envolvendo a expansão do metrô para o Grande ABC e um programa integrado de transporte público.

- Buscar solução regional com amplo debate social para o tratamento de resíduos sólidos, inclusive considerando as novas tecnologias para além do aterro sanitário, bem como a implantação do plano regional com base nos programas de logística reversa.
- Articular a elaboração do Plano Metropolitano de Enfrentamento à Mudança Climática, com a retomada do inventário de emissão de gases de efeito estufa em escala regional e metropolitana.

➤ **Diretriz III - Uma estratégia de desenvolvimento deve levar em conta as diversidades regionais, a crise das cidades, os desafios relacionados à preservação do meio ambiente e a diversificação dos padrões de consumo, sempre em colaboração com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.** **Propostas de ação:**

- Fomentar o desenvolvimento econômico na região do Grande ABC, preservando fortalecendo seu papel estratégico na economia metropolitana e estadual.
- Promover programa de investimentos em infraestrutura com foco especialmente em mobilidade urbana, logística metropolitana e saneamento básico, tendo como referência a retomada dos planos regionais já elaborados pelo Consórcio Intermunicipal.
- Constituir a iniciativa regional ABC 4.0, uma programa de retomada, dinamização e modernização sustentada da indústria regional, com ênfase nas atividades industriais de alta e média intensidade tecnológica, no fortalecimento de suas principais cadeias produtivas, na oferta de programas de extensão tecnológica em parceria com universidades para as pequenas empresas, na diversificação econômica, nos investimentos em qualificação profissional e na expansão dos serviços do setor terciário avançado, incluindo o fomento ao turismo de eventos e negócios.
- Constituir o Polo de Tecnologia e Inovação do Grande ABC e implantar o primeiro parque tecnológico regional, já aprovado para o município de Santo André, por meio da articulação entre o Governo Estadual, o Consórcio Intermunicipal, as prefeituras municipais, as universidades locais e as representações do setor produtivo, promovendo a formação de um ecossistema regional de inovação com ênfase no apoio à incubação e instalação de empresas de base tecnológica.
- Implementar uma iniciativa regional para a geração de trabalho e renda, considerando a necessidade de suporte e fortalecimento de cooperativas, empreendimento da economia social e solidária, microempresas formais e informais e microempreendedores individuais, de forma associada à rede pública e privada de qualificação profissional, com ênfase na inserção a juvenil e nos segmentos populacionais de maior vulnerabilidade social.
- Implementar o Plano Metropolitano de Habitação, visando à redução expressiva do déficit habitacional quantitativo e qualitativo, estimulando a indústria da construção e tomando como referência o Diagnóstico Habitacional elaborado para o Grande ABC.
- Criar o Manancial Vivo, estabelecendo iniciativas específicas e compatíveis para o desenvolvimento local no território correspondente a áreas de manancial, voltadas ao fomento de negócios ambientalmente sustentáveis e do turismo de alcance metropolitano.
- Articular e apoiar a implementação do Plano Diretor Regional, dando suporte à nova estratégia econômica para o Grande ABC, especialmente no que diz respeito a preservação e destinação de áreas para uso industrial e desenvolvimento tecnológico, bem como a proteção e o desenvolvimento local das áreas de mananciais.

> **Diretriz IV - Cooperação regional, compras públicas, bens e insumos e monitoramento.**

Propostas de ação:

- Estabelecer uma política de compras conjuntas de forma regional para as estruturas municipais de educação, saúde, segurança pública e defesa civil, bem como bens, serviços e insumos, especialmente com base na legislação de consórcios públicos, buscando fomentar o potencial de oferta da economia local.
- Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas em escala regional, ampliando também a capacidade e qualidade da gestão pública dos municípios integrantes do Consórcio.